

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC FELIPE FERREIRA DA SILVA

A PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA OCIDENTAL ATLÂNTICA AO LONGO
DO SÉCULO XXI: Oportunidades para o Brasil

Rio de Janeiro

2023

CC FELIPE FERREIRA DA SILVA

A PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA OCIDENTAL ATLÂNTICA AO LONGO
DO SÉCULO XXI: Oportunidades para o Brasil

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de
Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a todas as pessoas que me apoiaram ao longo dessa jornada desafiadora. Primeiramente, sou grato a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança durante os momentos de estudo intenso e superação de obstáculos. Sua graça foi fundamental para minha conquista.

Minha esposa Laura, minha companheira incansável, merece uma gratidão especial. Você esteve ao meu lado, enfrentando junto comigo todos os desafios e sacrifícios que esse processo exigiu. Sua compreensão, paciência e incentivo foram essenciais para minha motivação e sucesso. Obrigado por ser minha rocha, minha fonte de amor e inspiração.

Aos meus pais, Márcia e Aluízio e minha irmã Marcella, expresso minha profunda gratidão. Vocês foram a base sólida que me sustentou e incentivou em todos os momentos. Agradeço o amor incondicional e o apoio inabalável que sempre me deram. Sem o encorajamento e o suporte de vocês, eu não teria alcançado essa conquista tão significativa.

Agradeço imensamente ao meu orientador, CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pelo valioso suporte e orientação ao longo desta dissertação. Sua expertise, dedicação e disponibilidade foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Aos amigos de estudo, que compartilharam comigo essa jornada árdua, dedico um agradecimento sincero. Juntos, enfrentamos as longas horas de estudo, as revisões incessantes e as incertezas do caminho. Suas contribuições, apoio mútuo e amizade foram fundamentais para que pudéssemos alcançar nossos objetivos.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, estiveram presentes em minha caminhada, oferecendo palavras de encorajamento, apoio moral e compreensão. Cada gesto de carinho e incentivo foi um combustível adicional para minha determinação.

Este momento de conclusão é resultado de um esforço conjunto, de uma rede de apoio que se estendeu além dos limites familiares. Sou grato por cada pessoa que esteve ao meu lado e contribuiu para meu crescimento e sucesso. Que todos compartilhem dessa conquista e saibam que são parte importante dessa história.

Agradeço a todos, de todo o coração.

RESUMO

Devido à significativa relevância das Linhas de Comunicação Marítima que atravessam o Atlântico Sul e à presença de valiosos recursos naturais estratégicos nessa região, observa-se um notável interesse por parte de potências extrarregionais. Esses interesses suscitam preocupações em relação à sustentabilidade da Economia Azul regional, haja vista que têm impulsionado a proliferação de atividades prejudiciais como pesca predatória, pesca ilegal, atos de pirataria e outros crimes transnacionais, a par de uma crescente disputa por esses recursos. A presença crescente da China na África Ocidental Atlântica, impulsionada por suas necessidades de segurança energética e alimentar, bem como para atender seus interesses estratégicos, apresenta desafios ao Estado brasileiro em seu entorno estratégico, pois pode conduzir a um aumento de tensões na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, estabelecida pela Organização das Nações Unidas, e reduzir sua influência regional. A pesquisa desenvolvida identifica e analisa os interesses da China na região da África Ocidental Atlântica e os principais projetos brasileiros nesse contexto, expondo, assim, as potenciais ameaças e oportunidades que surgem para o Brasil em decorrência da presença chinesa em seu entorno estratégico. O objetivo do estudo é proporcionar embasamento para o debate acerca das perspectivas de cooperação e desenvolvimento na área em questão, ressaltando a relevância de o Brasil fortalecer sua presença regional e ampliar suas relações bilaterais e multilaterais, tanto com os países africanos quanto com a própria China.

Palavras-chave: África Ocidental Atlântica; região sul-atlântica; entorno estratégico, Economia Azul; China.

ABSTRACT

Due to the significant importance of the Maritime Communication Lines that cross the South Atlantic and the presence of valuable strategic natural resources in this region, there is a notable interest on the part of extra-regional powers. These interests raise concerns about the sustainability of the regional Blue Economy, as they have led to the proliferation of harmful activities such as predatory fishing, illegal fishing, piracy, and other transnational crimes, as well as increased competition for these resources. China's growing presence in the Atlantic West Africa, driven by its needs for energy and food security, as well as to satisfy its strategic interests, poses challenges to the Brazilian state in its strategic environment, as it may lead to an increase in tensions in the United Nations established Zone of Peace and Cooperation in the South Atlantic and reduce its regional influence. The developed research identifies and analyzes China's interests in the Atlantic West Africa region and the main Brazilian projects in this context, thus revealing the potential threats and opportunities for Brazil as a result of the Chinese presence in its strategic environment. The aim of the study is to provide a basis for debate on the prospects for cooperation and development in the region, highlighting the importance for Brazil of strengthening its regional presence and expanding its bilateral and multilateral relations, both with African countries and with China itself.

Keywords: Atlantic West Africa; South Atlantic region; strategic environment; Blue Economy; China.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Países da África Ocidental Atlântica contidos no entorno estratégico brasileiro	73
FIGURA 2 – Entorno Estratégico Brasileiro	58
FIGURA 3 – Participação da China em Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas na África período de 2009 a 2018.....	59
FIGURA 4 – Participação de chineses como de Mantenedores da Paz em Operações das Nações Unidas na África no ano de 2018.....	60
FIGURA 5 – Portos chineses na África.....	62
FIGURA 6 – Dados do EID da África no Brasil no período de 2012 a 2021.....	64
FIGURA 7 – Dados do EID do Brasil na África no período de 2012 a 2021.....	65
FIGURA 8 – Oportunidades comerciais para o Brasil na África no período de 2012 a 2021	66
FIGURA 9 – Dados da balança comercial entre o Brasil e Angola, no período de 2003 a 2022	67
FIGURA 10 – Dados do EID de Angola no Brasil no período de 2012 a 2021.....	68
FIGURA 11 – Dados do EID do Brasil na Angola no período de 2012 a 2021.....	69
FIGURA 12 – Dados da balança comercial entre o Brasil e África do Sul, no período de 2003 a 2022.....	70
FIGURA 13 – Dados do EID da África do Sul no Brasil, no período de 2012 a 2021.....	71
FIGURA 14 – Dados do EID do Brasil na África do Sul, no período de 2012 a 2021.....	72
GRÁFICO 1 – Dados do IDE da China na África, período de 2005 a 2021.....	58
GRÁFICO 2 – Número de trabalhadores chineses na África, período de 2009 a 2021.....	60
GRÁFICO 3 – Balança Comercial entre China e África, período de 2002 a 2021.....	61
GRÁFICO 4 – Empréstimos chineses à África, período de 2002 a 2020.....	61
GRÁFICO 5 – Principais concorrentes do Brasil no mercado africano, no ano de 2022.....	63
GRÁFICO 6 – Principais concorrentes da África no mercado brasileiro, no ano de 2022.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	–	Associação Brasileira de Estudos em Defesa
BACEN	–	Banco Central do Brasil
BID	–	Base Industrial de Defesa
BNDES	–	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRI	–	<i>Belt and Road Initiative</i> (Iniciativa do Cinturão e Rota da China)
BRICS	–	Grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CARI	–	<i>China Africa Research Initiative</i> (Iniciativa de Pesquisa China-África)
CEDMAR	–	Centro de Estudos em Direito do Mar "Vicente Marotta Rangel"
CPLP	–	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DIT	–	Divisão Internacional do Trabalho
EPL	–	<i>People's Liberation Army</i> (Exército Popular de Libertação da China)
END	–	Estratégia Nacional de Defesa
FOCAC	–	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i> (Fórum para a Cooperação China-África)
IED	–	Investimentos Estrangeiros Diretos
MD	–	Ministério da Defesa
ME	–	Ministério da Economia do Brasil
MRE	–	Ministério das Relações Exteriores
OBNAV	–	Objetivos Navais
OEC	–	<i>The Observatory of Economic Complexity</i> (Observatório da Complexidade Econômica)
OMC	–	Organização Mundial do Comércio
ONG	–	Organização não Governamental
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OPEP	–	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PND	–	Política Nacional de Defesa
RAS	–	<i>Republic of South Africa</i> (República da África do Sul)
RPC	–	República Popular da China
SACU	–	<i>Southern African Customs Union</i> (União Aduaneira da África Austral)
SEPROD	–	Secretaria de Produtos de Defesa

- SGM – Segunda Guerra Mundial
- ZEE – Zona Econômica Exclusiva
- ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ASPECTOS PRELIMINARES CONCEITUAIS E AMBIENTAIS	14
2.1	O ESTADO ORGÂNICO DE FRIEDRICH RATZEL.....	14
2.2	A VISÃO GEOESTRATÉGICA DE HALFORD JOHN MACKINDER.....	15
2.3	O IMPERIALISMO E A EXPANSÃO TERRITORIAL ATRAVÉS DO CAPITAL FINANCEIRO, TEORIZADOS POR RUDOLF HILFERDING.....	16
2.4	A DIPLOMACIA DA ARMADILHA DA DÍVIDA.....	17
2.5	ASPECTOS DO PRAGMATISMO NA POLÍTICA EXTERNA	18
3	A PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA	19
3.1	A CRESCENTE INFLUÊNCIA DA CHINA NA ÁFRICA: INTERESSES, INVESTIMENTOS E DESAFIOS	20
3.2	O PROCESSO MIGRATÓRIO ENTRE A CHINA E A ÁFRICA A PARTIR DOS ANOS 1990 ...	22
3.3	PRINCIPAIS PROJETOS CHINESES EM PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL ATLÂNTICA	24
3.3.1	Nigéria.....	25
3.3.2	Angola	27
3.3.3	África do Sul	29
3.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	30
4	A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA	33
4.1	O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A INSERÇÃO EXTERNA: UMA PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA	34
4.2	PRINCIPAIS PROJETOS BRASILEIROS NA ÁFRICA OCIDENTAL ATLÂNTICA.....	35
4.2.1	Nigéria.....	37
4.2.2	Angola	39
4.2.3	África do Sul	41
4.3	IMPACTOS DA PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA OCIDENTAL ATLÂNTICA E A NOVA COLONIZAÇÃO AFRICANA.....	43
4.4	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	47

5	CONCLUSÕES	49
	REFERÊNCIAS	51
	ANEXO – LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	58
	APÊNDICE – DELIMITAÇÃO DO ESCOPO FÍSICO	73

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a África tem sido alvo de grandes potências mundiais, especialmente no período da partilha do continente entre as potências europeias no século XIX. Isso levou a uma intensificação da exploração de recursos naturais e humanos, presentes em abundância naquela região.

O processo de descolonização africana foi concentrado principalmente entre os anos 1950 e 1970. Esse movimento ganhou força após a Segunda Guerra Mundial (SGM), quando muitas nações europeias enfrentaram problemas políticos e financeiros que as levaram a abandonar seu controle colonial em diversos locais do planeta, incluindo o continente africano. Durante esse período, a maioria dos países africanos conquistou sua independência, embora houve aqueles que lutaram por sua liberdade até a década de 1990.

Durante o período que se estende do pós-SGM até início da década de 1980, a China apresentou uma instabilidade significativa em sua política externa. A diplomacia chinesa passou por várias fases, desde uma postura hesitante na década de 1960 até a promoção da revolução em países pobres. O líder do governo chinês a época, Mao Zedong (1893-1976), liderou uma revolução cultural na China que durou de 1966 a 1976, ano de sua morte. Durante esse período, a China adotou uma política de isolamento em relação ao mundo exterior, concentrando-se em seus problemas internos e promovendo intensamente o nacionalismo e a ideia de que poderia resolver seus problemas sem a ajuda ou interferência de outras nações (CERVO, 2008).

Deng Xiaoping (1904-1997), ao assumir a liderança na China em 1979, desempenhou um papel fundamental na promoção da abertura do país para o mundo externo. Ele foi responsável por liderar uma série de reformas políticas e econômicas que contribuíram para o desenvolvimento e modernização da economia chinesa, incentivando a participação no comércio internacional e promovendo investimentos no exterior. Essas iniciativas foram cruciais para a transformação da China em uma potência econômica global nas últimas décadas (CERVO, 2008).

A presença da China na África iniciou no final da década de 1990, porém foi a partir dos anos 2000 que se tornou mais significativa. As relações sino-africanas são motivadas por vários fatores, incluindo a necessidade de recursos naturais para abastecer a economia chinesa em crescimento e sua população que já superou 1,4 bilhão de pessoas (BANCO MUNDIAL, 2023).

A África possui uma abundância de recursos naturais, tais como petróleo, gás, minerais e madeira, o que atrai os interesses externo, sobretudo das grandes potências econômicas. Por sua vez, a China também busca novos mercados para seus produtos e investimentos e vê a África como uma oportunidade nesse sentido. Além disso, muitos países africanos votam, como um só bloco, em questões importantes debatidas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e em outras organizações internacionais, o que os torna relevante na busca chinesa por apoio político nesses fóruns.

Desde então, a China se estabeleceu como um dos principais aliados comerciais e investidores na África, tendo aplicado recursos em setores como infraestrutura, energia, mineração e agricultura, além de financiar projetos de energia, transporte e telecomunicações em todo o continente. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Africano de 2021, a China continua sendo o maior parceiro comercial da África, representando 18,5% do comércio exterior do continente. Esse relatório foi desenvolvido em conjunto com a União Africana, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África e outras organizações internacionais e regionais relevantes (ONU, 2021).

Por sua vez, Cervo (2008) assevera que é crescente o interesse brasileiro na África, especialmente na África Ocidental, devido a várias razões, incluindo sua proximidade geográfica e histórica com o continente, bem como seus laços culturais e econômicos com os países africanos, além do anseio de ver prosperar os investimentos em projetos de cooperação com países daquela região, sobretudo em áreas como agricultura, saúde e infraestrutura. Tais investimentos visam promover o desenvolvimento econômico e social dos países africanos, além de fortalecer os laços entre o Brasil e a África.

Além disso, o autor destaca que o Brasil tem se envolvido em iniciativas regionais na África, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). A CPLP é composta por países de língua portuguesa em todo o mundo, incluindo alguns países africanos, e objetiva promover a cooperação política, econômica e cultural entre seus membros. A ZOPACAS, por sua vez, pretende promover a paz e a cooperação entre os países da região do Atlântico Sul, incluindo países africanos e sul-americanos (CERVO, 2008).

Neste trabalho, será realizada uma análise sobre o interesse das grandes nações na África, com foco nas relações sino-africanas, considerando que a China é a maior presença estrangeira naquele continente. Através deste estudo, será possível identificar impactos e

oportunidades para o Brasil, como consequência da presença chinesa na região. No entanto, em decorrência de limitação textual, a análise se concentrará nos países da África Ocidental Atlântica¹ (FIG.1), que fazem parte do entorno estratégico brasileiro² (FIG. 2).

A fim de alcançar o objetivo proposto, esta dissertação utiliza uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica e documental para realizar uma análise sintética. A estrutura adotada para este estudo é de um trabalho científico, e o tema abordado é de grande relevância por fornecer informações para uma compreensão mais profunda dos interesses das grandes nações na África. Além disso, o estudo visa contribuir para o debate sobre as perspectivas de cooperação e desenvolvimento na região, que é de grande importância para os interesses brasileiros.

Após esta breve introdução, o trabalho irá se aprofundar na apresentação dos aspectos conceituais e ambientais, fornecendo embasamento teórico para compreender a atuação chinesa na África Ocidental Atlântica e contextualizar as relações brasileiras com esses atores no cenário internacional. Os capítulos três e quatro abordarão as relações das China e do Brasil, respectivamente, com os países da África Ocidental Atlântica, abordando o histórico das relações entre eles, bem como seus interesses e oportunidades de investimento e desenvolvimento. Por fim, no último capítulo, será apresentada uma sucinta conclusão sobre a análise proposta, com o intuito de fornecer uma perspectiva brasileira de "um caminho para a África".

¹ Para efeito deste trabalho, África Ocidental Atlântica abrange os países africanos que estão situados na sua parte ocidental e banhados pelo Oceano Atlântico.

² Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2021).

2 ASPECTOS PRELIMINARES CONCEITUAIS E AMBIENTAIS

Com o avanço das relações capitalistas de produção, a consolidação dos Estados territoriais modernos e a expansão do poder de algumas potências globais a partir do século XIX, surgiu a necessidade de criar teorias, conceitos e áreas do conhecimento capazes de explicar esses fenômenos resultantes da união entre poder e riqueza. Foi nesse contexto que surgiram as obras pioneiras de Friedrich Ratzel (1844-1904) e Rudolf Hilferding (1877-1941), cada um concentrado em uma área específica de estudo. Ratzel concentrou suas reflexões na relação entre território e poder, enquanto Hilferding se preocupou com a emergência do capital financeiro e a luta dos Estados pela expansão de seus "territórios econômicos" (FARIAS, 2014).

No presente capítulo, serão abordados a fundamentação teórica que permitirá a compreensão dos argumentos que serão expostos. O capítulo será dividido em cinco seções, a primeira apresentará a teoria organicista e as leis do crescimento espacial de Friedrich Ratzel, a segunda abordará aspectos da visão geoestratégica de Halford John Mackinder. A seguir, será apresentada a luta dos Estados pela expansão de seus "territórios econômicos", teorizada por Rudolf Hilferding, seguida da apresentação da teoria da "diplomacia da armadilha da dívida" e, por último, os aspectos do pragmatismo na política externa.

2.1 O ESTADO ORGÂNICO DE FRIEDRICH RATZEL

No livro "Teorias Geopolíticas", Tosta (1984) dedica-se a examinar a obra do geógrafo alemão Ratzel, cuja relevância reside em sua contribuição para a compreensão das relações entre seres humanos e meio ambiente, além de sua influência na teoria do determinismo geográfico – o qual argumenta que o comportamento humano é moldado pelo ambiente natural. Ratzel foi um pensador influente em sua época e permanece objeto de estudo e análise na atualidade.

Segundo Ratzel, a geografia física, a história e as características biológicas e culturais de um povo moldam seu comportamento e suas aspirações políticas. Ele via a expansão territorial como um impulso natural dos Estados e nações, que precisavam se expandir para sobreviver e prosperar. Dessa forma, a conquista de novos territórios seria necessária para garantir recursos e espaço para o crescimento econômico e demográfico, além de

proporcionar segurança e prestígio para a nação (REIS et al., 2008).

O grande mérito de Ratzel foi ter combinado os estudos políticos, econômicos e humanos com a geografia, utilizando a história, o passado e o presente dos Estados. Ele empregou duas variáveis de análise, o povo e o território, sendo que o território era composto pelo espaço físico (*raum*) - que incluía características como extensão, forma, contextura, clima e relevo - e pela posição geográfica (*lage*) que situava o espaço na Terra e influenciava suas relações históricas e humanas. Para o povo, o aumento do território por meio de conquistas era a ambição máxima. Esses dois elementos são os determinantes do valor político e do destino de todas as partes da superfície terrestre. A capacidade de conquistar e dominar o espaço depende da perspectiva de controle do espaço pelos líderes políticos e da mobilidade e adaptabilidade do povo (TOSTA, 1984).

Desta feita, surge o conceito de "Espaço Vital" (*Lebensraum*), que se refere ao território necessário para que um povo possa alcançar sua completa autorrealização e prosperidade (TOSTA, 1984).

Segundo Ratzel, as mudanças nas bases físicas dos Estados ao longo da história são explicadas por leis que ele identificou por "as leis do crescimento espacial dos Estados". Essas leis incluem a "Lei do Nível de Cultura", relacionando o nível de cultura de um Estado com a sua necessidade por espaço; a "Lei da Penetração Pacífica", afirmando que a expansão de um Estado pode ocorrer por meios não violentos; a "Lei da Assimilação", sustentando que a expansão de um Estado ocorre através da incorporação gradual de outras unidades menores; a "Lei das Fronteiras Dinâmicas", estabelecendo que as fronteiras de um Estado estão em constante mudança; a "Lei do Arredondamento do Espaço Possuído", destacando a tendência dos Estados de absorver setores políticos valiosos ao se expandir; a "Lei do Impulso Externo", propondo que o primeiro impulso para o crescimento territorial de um Estado primitivo é dado por uma civilização superior externa; e a "Lei da Aceleração do Crescimento", observando que quanto maior o espaço conquistado, maior será a vontade e o esforço para expandi-lo ainda mais (TOSTA, 1984).

2.2 A VISÃO GEOESTRATÉGICA DE HALFORD JOHN MACKINDER

O inglês Halford John Mackinder (1861-1947), um diplomata e estudioso da geopolítica, ficou famoso por sua obra *The Geographical Pivot of History*. Essa obra, que foi

divulgada em 1904, publicada em 1919 e relançada integralmente em 1943, é considerada a base da teoria do Poder Terrestre (TOSTA, 1984).

No final do *The Geographical Pivot of History*, Mackinder fez uma referência preocupante à China. Ele sugeriu que os chineses poderiam se tornar uma ameaça à liberdade mundial, argumentando uniriam as vantagens e potenciais advindos do fato de possuir um grande litoral, com os recursos do continente eurasiático de minerais e hidrocarbonetos (KAPLAN, 2013).

Desta feita, de acordo com Mackinder, a China tem uma vantagem estratégica significativa por ser a maior nação continental eurasiática³, o que lhe dá acesso a uma grande quantidade de recursos naturais e a uma posição geográfica central no mundo. Além disso, o dinamismo econômico e a assertividade nacional⁴ chineses são vistos como fatores importantes que podem levar o país a se tornar um líder global no futuro, ao lado dos Estados Unidos e do Reino Unido. Essa previsão mostra a visão de Mackinder sobre a importância da geopolítica na determinação do poder mundial, e destaca a China como um país a ser observado com atenção no cenário geopolítico global (KAPLAN, 2013).

2.3 O IMPERIALISMO E A EXPANSÃO TERRITORIAL ATRAVÉS DO CAPITAL FINANCEIRO, TEORIZADOS POR RUDOLF HILFERDING

Rudolf Hilferding nasceu em Viena em 1877 e inicialmente estudou medicina, posteriormente, economia política. Após a sua vida acadêmica, tornou-se membro do Partido Socialdemocrata da Áustria. Ele foi nomeado Ministro das Finanças duas vezes graças à sua cidadania alemã, que obteve em 1920. Com a ascensão do nazismo, Hilferding se exilou na Dinamarca e, posteriormente, na França, onde acabou morrendo em 1941. Entre seus trabalhos, destaca-se o livro "O Capital Financeiro", publicado em 1910, que foi considerado

³ Ao ponderar sobre a grandiosidade da China enquanto proeminente nação eurasiática, Kaplan atribui relevância não apenas à vastidão de seu território, pois reconhecemos que é à Rússia que se concede a maior extensão territorial na Eurásia. A caracterização da China, como delineada pelo autor, decorre da análise criteriosa dos três pilares fundamentais que compõem um Estado: território, povo e organização (Poder Político) (KAPLAN, 2013). Esses conceitos encontram-se bem definidos na obra de Dias (2013).

⁴ De forma geral, o termo "assertividade nacional" pode ser entendido como a capacidade de um país em tomar decisões e agir de forma determinada e firme na defesa de seus interesses nacionais. É a habilidade de um Estado em impor suas vontades e influenciar as decisões internacionais, seja por meio de negociações, alianças estratégicas, poderio militar ou *soft power* (LIAO, 2016).

uma fonte de explicação econômica para a dinâmica expansiva dos Estados (FARIAS, 2014).

Farias (2014), cita ainda que Hilferding desenvolveu uma abordagem teórica, centrada no capital financeiro, visando explicar a nova fase financeira do capitalismo e a importância do Estado como parte do processo de concentração técnica do capital e centralização financeira, assim descrita:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado nos processos de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, empregado pelos industriais. (HILFERDING, 1986, p. 219 apud FARIAS, 2014, p. 128).

O ponto central dessa teoria é a geração de mais-valia no exterior, sendo a exportação de capitais e a ampliação do espaço econômico os objetivos fundamentais das potências capitalistas. Como destacado na obra de Hilferding, "o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital em sua fase monopolista". Como consequência, os territórios menos desenvolvidos e com menor poder financeiro poderiam se tornar subordinados às potências financeiras, em um processo de subjogação econômica (FARIAS, 2014).

2.4 A DIPLOMACIA DA ARMADILHA DA DÍVIDA

Deborah Brautigam (1957-) é uma especialista em relações sino-africanas e governança global de recursos naturais. Ela é diretora do *China Africa Research Initiative (CARI)* na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins. Brautigam tem publicado extensivamente sobre o tema, incluindo o livro *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*.

Assevera a autora, em Brautigam (2009), que a "diplomacia da armadilha da dívida" é uma estratégia que alguns Estados utilizam para influenciar outros países, concedendo empréstimos com condições difíceis ou impossíveis de serem cumpridas. O objetivo é acumular dívidas e exercer pressão sobre o Estado devedor para obter concessões políticas ou econômicas, em troca do perdão ou redução da dívida. É comum que países com recursos

naturais valiosos ou localizados em posições geográficas estratégicas sejam alvo dessa estratégia. Isso pode ser considerado uma forma de neocolonialismo, em que países desenvolvidos usam a dívida como uma ferramenta para manter o controle sobre países menos desenvolvidos.

Ela ainda defende em sua obra que a "diplomacia da armadilha da dívida" pode prejudicar nações devedoras, resultando em um ciclo vicioso de endividamento e dependência. Portanto, é de suma importância que os países devedores atuem com cautela nas negociações de empréstimos, assegurando a justiça e razoabilidade das condições. Ademais, é imprescindível que essas nações busquem diversificar suas fontes de financiamento e promovam a independência econômica, evitando assim ficarem enredadas na mencionada "armadilha da dívida" (BRAUTIGAM, 2009).

2.5 ASPECTOS DO PRAGMATISMO NA POLÍTICA EXTERNA

De acordo com Lima et al. (2018), a abordagem do pragmatismo na política externa se baseia em interesses concretos e objetivos claros, em que as decisões são tomadas com base em resultados e benefícios tangíveis. Dentre as características importantes dessa abordagem, destaca-se o foco em interesses nacionais, buscando garantir a segurança, a prosperidade e a influência no cenário internacional.

Além disso, continua o autor, a política externa pragmática busca aproximação com diferentes atores internacionais, independentemente de suas ideologias ou regimes políticos, se isso for vantajoso para o país. A flexibilidade e adaptação às mudanças no cenário internacional e às novas oportunidades que surgem também são características importantes do pragmatismo na política externa. A prioridade é a obtenção de resultados concretos e benefícios tangíveis para o país, seja por meio de acordos comerciais, alianças estratégicas ou outras formas de cooperação internacional. Por fim, a política externa pragmática busca encontrar um equilíbrio entre os meios utilizados para atingir os objetivos nacionais e os resultados concretos alcançados, avaliando constantemente se as políticas e estratégias adotadas estão sendo eficazes e eficientes (LIMA et al., 2018).

3 A PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA

Consoante ao que foi afirmado no artigo publicado por Videiras e Wallace (2023), a África tem sido importante para a política externa da China desde o final de 1949, quando ocorreu o encerramento da guerra civil chinesa e a Proclamação da República Popular da China (RPC). Nas décadas subsequentes, a China apoiou vários movimentos de libertação dos países africanos. Além disso, desde 1950, o ministro das Relações Exteriores chinês realiza visitas frequentes a países africanos, e recentemente, o ex-Chanceler Qin Gang, visitou 5 países africanos e a União Africana em janeiro de 2023. Entre 2014 e 2020, o então ministro das Relações Exteriores, Wang Yi (1953-), esteve presente em 48 países africanos e o atual presidente Xi Jinping (1953-), em 10 deles.

Retomando às teorias apresentadas no capítulo 2, as "leis do crescimento espacial dos Estados" de Ratzel, descritas na seção 2.1, nos proporcionam uma ferramenta para compreender como a China tem efetivamente conquistado espaço no continente africano. Esse avanço, conforme veremos em sequência, ocorre por meio do alto nível cultural alcançado durante seu processo de crescimento econômico e produtivo, permitindo à China assimilar unidades naquela região e integrá-las ao seu sistema financeiro na condição de tomadores de recursos e, conseqüentemente, grandes devedores. Importante destacar que, ainda em harmonia com a teoria em epígrafe, todas essas ações têm ocorrido de maneira pacífica e são impulsionadas pelo notável crescimento econômico que o país asiático tem experimentado nas últimas décadas.

A base teórica desenvolvida no capítulo anterior, ainda nos empresta a teoria de Rudolf Hilferding, exposta na seção 2.3, sobre o imperialismo e a expansão territorial por meio do capital financeiro, cujo objetivo central é a produção de valor excedente em territórios estrangeiros. Nesse contexto, a China exporta capitais e amplia seu espaço econômico na África, subordinando, num processo de subjugação econômica, os países menos desenvolvidos e com menor poder financeiro naquele continente. Adicionamos à discussão a teoria da "diplomacia da armadilha da dívida", seção 2.4, a fim de possibilitar uma perspectiva crítica em relação à metodologia chinesa utilizada no desenvolvimento de seus principais projetos na África, os quais serão examinados posteriormente neste capítulo.

Neste capítulo, abordaremos a estratégia de expansão chinesa com ênfase na África Ocidental Atlântica, buscando atender diversas necessidades, como commodities, mercado

consumidor, segurança energética e alimentar, entre outras. Tal expansão parece estar relacionada à busca por seu "Espaço Vital", conforme discutido na teoria de Ratzel, na seção 2.1. Nas seções a seguir, serão analisados os aspectos da influência chinesa na África, bem como o processo migratório entre o país oriental e o continente africano desde os anos 1990. Posteriormente, serão apresentados alguns dos principais projetos chineses em países da África Ocidental Atlântica, e, por fim, faremos breves considerações sobre os pontos abordados neste capítulo.

3.1 A CRESCENTE INFLUÊNCIA DA CHINA NA ÁFRICA: INTERESSES, INVESTIMENTOS E DESAFIOS

Segundo o artigo de Videiras e Wallace (2023), em 1971, os votos dos países africanos foram decisivos para que a RPC assumisse o assento permanente no conselho de segurança da ONU. Antes disso, a cadeira chinesa era ocupada pela República da China (Taiwan) desde a fundação da ONU em 1945. Ao longo das décadas seguintes, o interesse da China na África mudou e passou a se concentrar na busca pela eliminação de todo o reconhecimento remanescente para o governo de Taiwan. Diversos países africanos, tais como Burkina Faso, Malawi, Libéria e Senegal, modificaram seu reconhecimento de Taiwan para a RPC. Atualmente, em 2023, apenas Essuatíni continua reconhecendo o governo de Taiwan.

A partir de 1999, a China adotou a estratégia conhecida como *Going Out*⁵, que incentivou suas empresas a expandirem seus investimentos além das fronteiras do país. Essa estratégia, além de refletir o crescente poder econômico da China, impulsionou sua forte presença no continente africano, resultando em maior destaque e mercado para as empresas chinesas, bem como em oportunidades de emprego para os trabalhadores oriundos do país asiático. Consequentemente, os países africanos têm experimentado, ao longo das últimas décadas, um aumento significativo no endividamento com a China (MEDEIROS, 2013).

O artigo publicado no fórum de discussão *DW Global Media Forum*, intitulado "Angola,

⁵ Política econômica adotada pela China em 1999, que incentivou empresas chinesas a investirem no exterior, tendo sido impulsionada pelo crescente poder econômico da China e pela necessidade de expandir sua influência global, além de ser vista como uma maneira de ajudar as empresas chinesas a acessarem novos mercados, recursos e tecnologias, bem como ser uma fonte de emprego para os cidadãos chineses (NASH, 2012).

o maior devedor africano à China”, nos apresenta que a dívida total da África para com a China é estimada em 12% do total da dívida externa do continente, abrangendo tanto dívidas públicas quanto privadas. É importante destacar que esse crescimento é ainda mais impressionante quando consideramos que a dívida total da África aumentou mais de cinco vezes no período de 2000 a 2020 (DW, 2023).

Segundo Videiras, Mordomo e Jie (2022), a China tem ampliado seus investimentos diretos na África, estabelecendo zonas econômicas especiais, financiando projetos de infraestrutura de grande escala e fornecendo assistência ao desenvolvimento por meio de doações, empréstimos e apoio técnico, cuja evolução entre os anos de 2005 e 2021 é apresentada no GRAF. 1. Além disso, a presença política e diplomática da China no continente africano tem se fortalecido com a participação em operações de paz, cujos dados de 2009 a 2018 podem ser vistos nas FIG. 3 e FIG.4, e a implementação de iniciativas como o Fórum de Cooperação China-África (*Forum on China-Africa Cooperation* – FOCAC), cuja primeira cúpula ocorreu em Pequim em 2003, objetivando definir os planos de ação conjuntos e o apoio à União Africana. Tais feitos refletem a crescente iniciativa estratégica da China no continente africano.

A obra em questão também nos informa que, em 2013, o então presidente chinês, Xi Jinping, lançou a Iniciativa do Cinturão e Rota da China (*Belt and Road Initiative* - BRI) objetivando revitalizar a antiga rota comercial da seda na costa leste africana. Embora a BRI tenha sido inicialmente planejada para concentrar investimentos na África Oriental, outros países africanos também buscaram oportunidades, levando a uma rápida expansão da iniciativa em termos de escopo e ambição, permitindo que muitos projetos de infraestrutura fossem financiados por empréstimos chineses (VIDEIRAS; MORDOMO; JIE, 2022).

Ainda segundo Videiras, Mordomo e Jie (2022), a China assume uma posição contrária aos governos ocidentais em seu investimento africano e caracteriza seus empréstimos como cooperação mutuamente benéfica entre países em desenvolvimento e promete não interferir na política interna daqueles a quem empresta. Nesse aspecto, a China diz se apresentar em contraste com os países ocidentais, acusados por ela e por alguns governos africanos de postura interventiva.

Nesse contexto, os autores ainda colocam que a China não fez esforços significativos para exportar a ideologia comunista para a África, alegando que o comunismo chinês não poderia ser replicado fora da China. No entanto, a falta de transparência quanto ao tamanho,

natureza e origem desses empréstimos gerou preocupações em relação à exposição de alguns países africanos a esses compromissos financeiros (VIDEIRAS; MORDOMO; JIE, 2022).

Um ponto em comum às obras analisadas neste capítulo, como Videiras, Mordomo e Jie (2022); Medeiros (2013); e Videiras e Wallace (2023), é sobre a existência de críticos ao projeto BRI que levantam a acusação de que a China está perseguindo uma política de "diplomacia da armadilha da dívida", vista na seção 2.5, pela definição de Brautigam (2009). Essa abordagem permitiria que Pequim expandisse seu alcance estratégico ou militar ao tomar posse desses ativos quando os países enfrentassem dificuldades financeiras. Assim, os políticos ocidentais têm expressado cada vez mais temores de que as intenções da China na África sejam predatórias, destinadas a criar uma rede de Estados africanos obrigados a pagar suas dívidas, oferecendo à China acesso a recursos, oportunidades comerciais e locais para bases militares. No entanto, os artigos destacam que há evidências limitadas para sustentar essas visões críticas.

3.2 O PROCESSO MIGRATÓRIO ENTRE A CHINA E A ÁFRICA A PARTIR DOS ANOS 1990

A China tem se destacado como um importante parceiro comercial da África, investindo em diversos setores, como infraestrutura, mineração e agricultura. Esses investimentos têm gerado empregos e oportunidades de negócios para os africanos, além de atrair muitos trabalhadores chineses para o continente.

Acerca desse assunto, nos revela Menezes (2013) que há uma crescente tendência de fluxos migratórios de cidadãos chineses para o continente africano, especialmente no campo econômico-comercial, cujos dados dos anos de 2009 a 2021 são apresentados no GRAF. 2. Embora não haja muitas estatísticas oficiais sobre o assunto, estima-se que os maiores grupos de chineses estejam radicados na África do Sul, Argélia, Nigéria, Sudão e Zimbábue. Os migrantes chineses que se dirigiram à África nas últimas décadas podem ser divididos em quatro grupos principais: trabalhadores temporários vinculados a contratos de empresas chinesas na África, pequenos empreendedores, trabalhadores rurais e migrantes em trânsito para outros países e continentes.

Complementa o autor, que o grupo mais numeroso de migrantes chineses na África é o composto por trabalhadores temporários que estão ligados às empresas chinesas que operam no continente, muitas das quais são estatais. Muitos desses trabalhadores atuam nos

setores de construção civil, mineração e petróleo na África, e a maioria deles permanece no continente somente durante o período de duração de seus contratos, retornando à China posteriormente. Seu recrutamento ocorre por meio de agências de trabalho vinculadas a empresas estatais chinesas, principalmente situadas em Pequim, Xangai e nas províncias de Shandong e Liaoning (MENEZES, 2013).

Menezes (2013) destaca ainda que a prática de utilizar mão de obra chinesa em projetos na África, com a justificativa de maior eficiência e produtividade, não é uma novidade. Ele exemplifica com a construção da ferrovia Tazara⁶ na década de 1970, onde cerca de 16 mil trabalhadores chineses foram empregados. Embora essa prática seja criticada pela mídia internacional, que a considera como uma "exportação de mão de obra" beneficiando os trabalhadores chineses em detrimento dos africanos. As autoridades chinesas veem como natural a escolha das empresas chinesas. O então Diretor-Geral do Departamento de África do Waijiaobu (Departamento de Relações Exteriores chinês), Lu Shaye (1953-), afirma que as proporções entre trabalhadores chineses e africanos em parcerias sino-africanas são razoáveis e a imprensa internacional exagera afirmando que os cidadãos africanos são prejudicados.

Há muitos chineses residentes na África que se dedicam a atividades comerciais e serviços em geral, vivendo em torno de suas próprias comunidades e tendo pouca interação com a sociedade local. Muitos desses migrantes vêm da província de Guangdong, no sul da China, e se estabelecem em países como África do Sul, Angola e Zâmbia. Além disso, eles representam uma força expressiva na importação de produtos chineses e na revenda nos mercados africanos. Mais recentemente, o setor agrícola também tem sido alvo de investimentos de imigrantes chineses em países como Gana, Quênia, Senegal e Uganda (MENEZES, 2013).

Menezes (2013) aborda a migração da África para a China como impulsionada principalmente por estudantes e trabalhadores que procuram oportunidades educacionais e de emprego na China. Estima-se que haja cerca de 20.000 estudantes africanos matriculados em universidades chinesas, e muitos trabalhadores africanos estão empregados em setores como comércio, construção e serviços. No entanto, a migração de africanos para a China enfrenta desafios significativos, como barreiras linguísticas, discriminação racial e falta de

⁶ Linha ferroviária na África Oriental ligando o porto de Dar es Salã, no leste da Tanzânia, com a cidade de Kapiri Mposhi, na Província Central, na Zâmbia, que desde 2016 está concessionada à China (DIPLOMATIQUE, 2019).

proteção legal. Esses imigrantes se concentram principalmente na província de Cantão, onde é possível encontrar o bairro de Hongqioa, também conhecido como "Pequena África".

Após abordar alguns aspectos dessa relação sino-africana, Menezes (2013) concluiu ser esperado que haja um aumento no fluxo de imigrantes entre a China e a África à medida que suas economias se integram mais. No entanto, existem desafios significativos a serem enfrentados nesse processo, como a questão da integração das comunidades de imigrantes ao ambiente local e o deslocamento de trabalhadores africanos em projetos chineses. Além disso, o texto destaca o surgimento de movimentos "anti-China" e agressões contra cidadãos e empresas chinesas, o que evidencia a necessidade de atenção por parte das autoridades para lidar com essas questões.

Em síntese, a movimentação de indivíduos entre a China e a África desde a década de 1990 é um fenômeno multifacetado, que abarca uma série de fatores políticos, econômicos e sociais. Apesar dos potenciais benefícios que a migração pode trazer para ambas as regiões, existem também importantes desafios que requerem atenção. Nesse sentido, é imprescindível que os governos, as empresas e a sociedade em geral atuem de forma colaborativa para estabelecer um ambiente migratório justo e sustentável para todos os envolvidos.

3.3 PRINCIPAIS PROJETOS CHINESES EM PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL ATLÂNTICA

Os primeiros parágrafos deste capítulo abordam que, embora a conexão inicial entre África e China tenha sido motivada por razões políticas, há grandes possibilidades de que ela se torne mais duradoura em termos econômicos, além de contribuir para o renascimento africano por meio de uma cooperação ativa. Essa evolução pode ser observada na balança comercial entre ambos durante o período de 2002 a 2021 e nos empréstimos chineses à África entre 2002 e 2020, apresentados nos GRAF. 3 e 4, respectivamente.

A estratégia da China em relação à África consiste em exportar seu modelo de tratamento de assuntos da agenda internacional, se apresentar como uma representante natural dos países em desenvolvimento, exportar bens industriais e armas e importar produtos primários, com destaque para minerais, além de buscar participação em fontes de recursos minerais, estratégicos e energéticos para assegurar a sustentabilidade do seu crescimento econômico. Ademais, a China investe em infraestruturas como aeroportos, estradas e parques

de modernização urbana e logística no continente africano (SARAIVA, 2015).

Consoante o autor, a estratégia chinesa de cooperação com a África envolve diversas abordagens, que vão desde investimentos, empréstimos e doações, até a cooperação técnica e tecnológica, além de cooptação política das elites africanas. O contexto político e econômico da cooperação é considerado parte da engenharia estratégica empregada pelos chineses. Como exemplo, em 1988, a China forneceu aproximadamente US\$ 60 milhões em ajuda direta para trinta países africanos. Em 1990, após o apoio dos governos africanos ao regime de Pequim⁷, os países africanos receberam US\$ 374 milhões. Hoje, os volumes de investimentos chineses na África, já na ordem dos bilhões, são uma das razões para o surgimento de uma nova África (SARAIVA, 2015).

Os investimentos dos bancos de desenvolvimento da China na África já superaram, entre 2019 e 2022, o total dos investimentos europeus e são muito superiores aos que países em desenvolvimento, como o Brasil, podem fazer, apesar dos financiamentos e investimentos do nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (SARAIVA, 2015).

Conforme as considerações feitas no capítulo 1, introdução deste estudo, a ênfase da análise será direcionada aos países da África Ocidental Atlântica que fazem parte do entorno estratégico brasileiro e são de grande interesse para o país. O objetivo é identificar impactos e oportunidades para o Brasil, como consequência da presença chinesa na região. A seguir, serão apresentados os principais projetos chineses em países da região ocidental atlântica africana. No entanto, em decorrência de limitação textual, a análise se concentrará nas três maiores economias da região e parceiros históricos do Estado brasileiro: Nigéria, Angola e África do Sul.

3.3.1 Nigéria

Por meio do sítio oficial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) brasileiro, é possível acessar o perfil da República Federal da Nigéria, onde é fornecida a perspectiva oficial sobre o país, descrito como o "Gigante da África" devido à sua população de mais de 220

⁷ Refere-se ao apoio dos governos africanos à China após o massacre da Praça Tiananmen em 1989, no qual o governo chinês reprimiu violentamente manifestações pró-democracia. Muitos governos africanos mostraram solidariedade ao governo chinês a época e isso contribuiu para a ampliação dos investimentos chineses na África (SARAIVA, 2015, p. 43-44).

milhões de habitantes, tornando-o o país mais populoso do continente africano. Além disso, é enfatizado que a Nigéria possui uma das maiores democracias do mundo, com um sistema de governo presidencialista. A economia do país é descrita como dual, baseada em recursos naturais abundantes, agricultura tradicional e comércio, além de possuir alto potencial em recursos humanos e de ser rica em petróleo, gás e minerais. O governo afirma que a Nigéria está empenhada em desenvolver outros setores produtivos e, impulsionada pelo tamanho de sua população e economia, é considerada uma potência regional (BRASIL, 2023c).

A data de 10 de fevereiro de 2021 marcou o 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e a Nigéria, naquela ocasião, Bello (2021) nos abrilhantou com uma matéria intitulada “Os Próximos 50 Anos Gloriosos das Relações China-Nigéria”, onde publicou que as relações econômicas e comerciais entre a China e a Nigéria foram marcadas por um crescimento significativo a partir dos anos de 1970, com a expansão contínua da sinergia e diversificação das modalidades de cooperação. O volume de comércio entre os dois países atingiu um patamar de US\$ 19,27 bilhões em 2019, representando um aumento de 1.900 vezes em relação a 1971, quando as relações diplomáticas foram estabelecidas. Em 2019, o comércio bilateral entre a China e a Nigéria foi o maior, em termos de taxa de crescimento, dentre os 40 principais parceiros comerciais da China em todo o mundo.

Bello (2021) reforça que, apesar dos efeitos adversos da COVID-19, o volume do comércio bilateral entre eles aumentou 0,7% em relação ao ano de 2019, totalizando um pouco mais de US\$ 19,40 bilhões em 2020. Esse valor representa um aumento de 14% em relação à taxa de crescimento do comércio entre a China e o continente africano, superando Angola e África do Sul e tornando-se o segundo maior parceiro comercial da China. Além disso, a Nigéria é o principal destino de investimentos diretos da China na África.

Como um grande exemplo do sucesso nas relações bilaterais entre esses países, são citadas as zonas francas de Ogun-Guangdong e a de Lekki, que atraíram muitas empresas chinesas para investir e operar seus negócios. Os projetos de infraestrutura construídos em conjunto pelos dois países, como estradas, portos e terminais aeroportuários, podem ser vistos em todos os lugares da Nigéria (BELLO, 2021).

O autor cita ainda a participação ativa de empresas chinesas no setor de petróleo, gás e petroquímica da Nigéria, por meio de um acordo bilateral firmado em 2001, que é considerado um marco dos acordos econômicos entre ambos os países. Além de mencionar que, em 2006, foi estabelecida uma parceria entre eles para permitir livre acesso aos mercados

um do outro. No entanto, a corrupção na licitação de petróleo e a má execução de projetos por investidores chineses levaram ao cancelamento do programa de petróleo por infraestrutura e sua substituição por políticas de petróleo por dinheiro (BELLO, 2021).

Cabe acrescentar a exposição de Taylor (2006), que apresenta oito objetivos centrais das relações bilaterais entre a Nigéria e a China, que incluem a obtenção de terras para fins agrícolas, a criação de um mercado recíproco para produtos chineses e nigerianos, a obtenção de apoio diplomático da Nigéria para os interesses da China em assuntos internacionais, bem como o fornecimento de minerais e materiais agrícolas para a China, em troca de melhores condições cambiais para a Nigéria. Além disso, a China é apresentada como uma alternativa confiável ao modelo de desenvolvimento ocidental, realizando investimentos diretos e projetos de ensino dos modelos de desenvolvimento chinês, promovendo a migração sem obstáculos do seu povo para a Nigéria e vice-versa, e intercambiando informações valiosas sobre possíveis oportunidades de investimento em ambos os países.

No Fórum de Defesa da Primavera de 2013, Nesiama (2013) nos brilhou com um artigo sobre as políticas de cooperação em segurança entre a China e a Nigéria onde realizou que a China e a África continuam a expandir os intercâmbios e a manter diálogos no domínio da paz e da segurança. Desde 2012, a China coorganiza ou acolhe o Diálogo sobre a Implementação da Iniciativa de Paz e Segurança China-África, o Primeiro Fórum de Paz e Segurança China-África e a Videoconferência sobre Medicina Militar no âmbito do fórum. Especificamente entre China e Nigéria, a partir da criação das Seções de Defesa em 1999 e da nomeação de Adidos de Defesa, houve um incremento significativo, indicando um contínuo desenvolvimento dessa relação diplomática militar bilateral.

Ainda no contexto de relações militares, nos assevera o autor que o governo chinês tem tido um papel fundamental no aprimoramento das capacidades militares da Nigéria, fornecendo armas, munições, equipamentos e uniformes de combate. Isso resultou em um significativo aumento de efetividade das Forças Armadas nigerianas. A cooperação militar sino-nigeriana também trouxe benefícios na formação de profissionais técnicos em diversos campos militares, contribuindo para o desenvolvimento da mão de obra e assistência técnica no país africano. As interações de alto nível entre eles promoveram o intercâmbio estratégico, resultando em um aumento relevante da cooperação bilateral na área de segurança militar, fortalecendo assim a relação estratégica entre ambos os países (NESIAMA, 2013).

3.3.2 Angola

Nos revela Campos e Vines (2007) que após o término da Guerra Civil Angolana, ocorrida entre os anos de 1975 e 2002, a sua relação com a China passou de uma base de defesa e segurança para uma base econômica. O crescimento e desenvolvimento das relações políticas entre os dois países permitiram um rápido progresso nos laços econômicos bilaterais. Uma parte significativa da assistência financeira chinesa é direcionada para projetos de investimentos públicos estratégicos nas áreas de infraestrutura, telecomunicações e agronegócios, dentro do Programa de Reconstrução Nacional do governo angolano.

Ainda de acordo com os autores, Angola é um país que possui uma grande riqueza natural, incluindo extensas reservas de petróleo e diamantes em todo o seu território, destacando-se como um ator chave na indústria petrolífera africana, atuando tanto como produtor quanto exportador, tendo se tornado membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 2007. Além disso, foi revelado que, nesse mesmo ano, a China se tornou o parceiro mais importante de Angola em termos de exportação de petróleo bruto, superando os Estados Unidos (CAMPOS; VINES, 2007).

Em adição, Chakrabarty (2021) nos apresenta uma estimativa da *School of Advanced International Studies-China Africa Research Initiative*, o qual revelou que a Angola se destacou como o principal receptor dos empréstimos chineses voltados para investimentos em infraestrutura, com compromissos de empréstimo totalizando a quantia de US\$ 43 bilhões entre os anos de 2000 e 2018.

O autor ainda enfatiza ser notável que, mesmo com a redução das exportações totais de petróleo bruto, a proporção angolana destinada à China tem aumentado constantemente, relatando que no ano de 2018, as exportações de petróleo bruto para a China representaram 65% do total, e no primeiro trimestre de 2019, esse percentual subiu para 68%. Em relação às importações, ao longo do período entre 2012 e 2018, a China se manteve como responsável por aproximadamente 12% do total das importações de Angola. Nesse contexto, em 2020 os grandes bancos chineses já eram credores de mais de US\$ 20 bilhões resultantes das linhas de crédito disponibilizadas ao país africano, o que, de acordo com as principais nações ocidentais, faz parte da suposta estratégia chinesa da “diplomacia da armadilha da dívida”, tratada na seção 2.5 (CHAKRABARTY, 2021).

Já na área de defesa, o jornal “Angola Press” publicou, em junho de 2019, uma matéria intitulada “Angola e China falam da indústria militar”, pontuando que durante a reunião do

Comitê Conjunto de Cooperação, da Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Nacional Angola-China em 2019, o então Ministro da Defesa Angolano, Salviano Sequeira (1952-), expressou a intenção do seu governo em estabelecer uma base sólida para a implementação de projetos prioritários para suas Forças Armadas em parceria com o governo chinês. Ele destacou que os setores prioritários nessa cooperação militar incluem o fornecimento e a manutenção de produtos da indústria de defesa, assistência técnica, treinamento de especialistas e construção de infraestruturas para o exército angolano (ANGOLA, 2019).

3.3.3 África do Sul

Em uma matéria publicada por Ellis (2019) foi destacado o papel da África do Sul como parceiro estratégico na União Aduaneira da África Austral (*Southern African Customs Union - SACU*), além de ser integrante do BRICS, grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul para promover a cooperação e o diálogo entre seus membros. Embora tanto o BRICS quanto a BRI não sejam áreas de livre comércio em si, o primeiro atua como um fórum potencial para a negociação de outros acordos de livre comércio.

A matéria segue sustentando que o comércio entre a SACU e a China tem se tornado cada vez mais relevante e significativo nos últimos anos, levando à proposta de um acordo de livre comércio entre ambas as partes como forma de fortalecer ainda mais essa relação. No entanto, será necessário realizar uma análise detalhada dos produtos em relação à viabilidade desse acordo, bem como compreender as regras de origem e as tarifas aplicáveis aos produtos relacionados. Apesar disso, há uma base sólida nas relações entre a China e a SACU que justifica a realização de estudos adicionais e confere credibilidade ao potencial dessa parceria (ELLIS, 2019).

Os dados do Observatório da Complexidade Econômica (*The Observatory of Economic Complexity - OEC*) mostram a evolução do comércio entre os dois países ao longo dos últimos 26 anos. As exportações chinesas para a África do Sul tiveram um crescimento anual médio de 18,88%, saindo de US\$ 617 milhões em 1995 para atingir US\$ 20,5 bilhões em 2021, concentrados em equipamentos de radiodifusão, computadores e dispositivos semicondutores. Por sua vez, as importações oriundas do país africano registraram um aumento anual médio de 23,11%, partindo de US\$ 398 milhões em 1995 e alcançando US\$ 20,6 bilhões em 2021, com destaque para ouro, minério de ferro e minério de manganês

(OEC, 2023).

No que tange à cooperação na área de defesa entre os dois países, foram utilizadas duas matérias publicadas por Dean Wingrin, nos anos de 2019 e 2020, no portal de defesa da África do Sul. Tal cooperação iniciou em 1962, quando a China recebeu um grupo de sul-africanos para treinamento militar. No entanto, foi somente em 1998, após o apoio da China na luta contra o *Apartheid*⁸, que a África do Sul reconheceu oficialmente a RPC e encerrou as relações diplomáticas formais com Taiwan (WINGRIN, 2020).

Wingrin (2020) ainda colocou que nos últimos anos, a cooperação de defesa entre eles tem se intensificado consideravelmente. Nesse contexto, foi observado em 2019 a realização de visitas de alto nível do Exército Popular de Libertação da China (*People's Liberation Army - EPL*) à África do Sul, acompanhadas de visitas recíprocas da Força de Defesa Nacional Sul-Africana à China. Esses encontros resultaram de discussões durante a reunião do Comitê de Defesa da República da África do Sul (*Republic of South Africa - RAS*) e da RPC em 2018, nas quais ficou acordado que a China se comprometeria em colaborar com o aprimoramento dos conhecimentos em tecnologia de defesa e a fornecer treinamento para operações conjuntas na África do Sul.

A China, como uma das principais potências industriais do mundo, vem investindo na pesquisa em defesa, nesse sentido, busca estabelecer uma cooperação nesse setor com a RAS, através de treinamento mútuo de pessoal, intercâmbios entre as indústrias de defesa e pesquisas conjuntas de tecnologia de defesa, visando desenvolver uma relação benéfica para ambos os países (WINGRIN, 2019).

Ainda nessa matéria publicada em 2019, Dean Wingrin afirma que dentro da indústria de defesa sul-africana, muitas instituições de pesquisa e fabricantes dependem da Força Nacional de Defesa Sul-Africana como seu principal cliente. No entanto, devido à redução significativa do orçamento de gastos de capital, não se espera um aumento a curto ou médio prazo, o que pode levar ao declínio da indústria de defesa sul-africana. Portanto, uma possibilidade de salvar a indústria de defesa local é estabelecer acordos de produção conjunta com a indústria de defesa chinesa (WINGRIN, 2019).

3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

⁸ Regime de segregação racial institucionalizada que esteve em vigor na África do Sul entre 1948 e 1994.

Neste capítulo, foi realizada uma análise da presença da China na África, evidenciando os métodos empregados pelo país asiático para estabelecer sua influência no continente. Foi dado destaque ao amplo poder financeiro da China e ao crescente fluxo migratório, bem como aos intercâmbios culturais. Adicionalmente, foi conduzido um estudo das principais relações comerciais bilaterais e parcerias militares estabelecidas. O objetivo principal foi identificar os interesses subjacentes à expansão chinesa no continente africano, considerando os três países analisados.

A China adota um novo modelo de cooperação que se baseia em linhas de crédito, economia e comércio, utilizando seus recursos financeiros estatais para realizar investimentos abrangentes em projetos de infraestrutura. Em contrapartida a esses investimentos, a China busca garantir acesso a recursos naturais e acordos comerciais vantajosos. Esses investimentos trazem benefícios em diversas áreas para o próprio país asiático, incluindo a obtenção de contratos para empresas de serviços chinesas, a realocação de indústrias intensivas em mão de obra e poluentes, o apoio africano em questões de política externa em fóruns multilaterais e a construção de uma imagem internacional positiva.

Com base nas análises realizadas, foi observado que os empréstimos concedidos pela China aos países africanos possuem natureza e propósito diversificados, variando tanto entre os países como ao longo do tempo. Esses recursos fornecidos abrangem modalidades como empréstimos lastreados em petróleo, empréstimos para infraestruturas mais tradicionais e financiamentos vinculados a relações políticas estratégicas. É importante salientar que, em sua maioria, essas iniciativas foram impulsionadas pelas necessidades econômicas internas da China, em vez de motivações relacionadas à política externa ou objetivos militares.

Além disso, neste capítulo também foi apresentado que cerca de 12% da dívida externa total da África está relacionada a credores chineses, sendo que a maior parte desse endividamento ocorreu entre os anos de 2000 e 2020. Nesse contexto, a mídia dos Estados Unidos, bem como de outros Estados ocidentais, frequentemente descreve a política chinesa na África como uma "diplomacia da armadilha da dívida", sugerindo que seja uma estratégia deliberada de conceder empréstimos consideráveis aos países africanos, visando atrair essas nações para a esfera de influência chinesa e obrigá-las a assumir compromissos desfavoráveis. Todavia essa situação ainda não se concretizou.

Não obstante a questão da dívida africana associada à China não tenha gerado grandes

adversidades até o momento, é de extrema importância buscar uma resolução para esse cenário. Isso se deve ao fato de a China estar se consolidando como uma superpotência em ascensão, competindo estrategicamente em escala global por mercados e recursos. Nesse contexto, fortalecer os laços econômicos com a África seria uma medida coerente em sua busca por se tornar uma potência mundial.

Outra questão relevante abordada é a participação estratégica da África na rota marítima do projeto BRI. A China busca estabelecer-se como uma potência global, e isso implica fortalecer suas conexões com os corredores comerciais ao longo dessa rota. O crescimento da cooperação marítima entre a China e a África, por meio de investimentos chineses na construção de portos e infraestruturas (FIG.5), bem como na abordagem à pirataria ao longo da costa do continente africano, faz parte de uma estratégia geopolítica e econômica de maior alcance da RPC.

A complementaridade econômico-comercial entre a China e a África, aliada aos fluxos significativos de investimentos e migração, especialmente da China para os países africanos, indica uma tendência de aprofundamento das relações sino-africanas. Esse processo se tornou irreversível e está ganhando cada vez mais destaque, exigindo a atenção de analistas e agentes interessados não apenas na África, mas também na China.

A importância da interação econômico-comercial, que possui o potencial de prosperar e perdurar a longo prazo, é resultado, por um lado, da prosperidade da economia chinesa nas últimas décadas e, por outro, das vastas oportunidades de desenvolvimento das economias africanas. Essas oportunidades são impulsionadas pela exploração de recursos naturais africanos e pelo surgimento de mercados consumidores significativos naquele continente.

Em resumo, a presença da China na África tem trazido benefícios mútuos, como o aumento do comércio, o crescimento econômico, a geração de empregos e a redução da pobreza em muitos países africanos. No entanto, essa presença também tem sido alvo de críticas e controvérsias, com destaque para a utilização da estratégia conhecida como "diplomacia da armadilha da dívida".

4 A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

A inserção do Brasil no continente africano passou por duas fases distintas, cuja transição se deu entre o final de 1973 e o início de 1974. Durante os governos brasileiros dos Generais Artur da Costa e Silva (1899-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), respectivamente nos períodos de 1967 a 1969 e 1969 a 1974, o país enfrentou um dilema em relação à sua posição na África impulsionado por dois fatores distintos. De um lado, as relações históricas com Portugal levaram o Brasil a apoiar o colonialismo português na ONU, até cerca de 1973, enquanto se abstinha de condenar o *apartheid*. De outro lado, o MRE, também conhecido como Itamaraty, conduziu estudos e estabeleceu contatos com os países independentes da África Negra, alinhando-se com eles nos fóruns internacionais em busca de uma nova ordem mundial (CERVO, 2008).

A obra de Cervo (2008) se refere a esses dois impulsos contrastantes como estratégias de inserção divergentes, sendo a primeira defendida por Antônio Delfim Netto (1928-), Ministro da Fazenda nos governos de Costa e Silva e Médici, que enfatizava a importância da comunidade luso-brasileira, cedendo a pressões do *lobby* português, e a segunda defendida por Mário Gibson Barbosa (1918-2007), Ministro das Relações Exteriores do governo de Médici, que propunha uma abordagem autônoma baseada no continente africano. Esse dilema permeou a política brasileira até a transição de Médici para o General Ernesto Geisel (1907-1996), cujo governo se deu no período de 1974 a 1979, quando a última orientação foi finalmente estabelecida.

Ainda segundo Cervo (2008), a partir de 1973, o conceito de comunidade luso-brasileira começou a erodir. Delfim Neto perdia espaço para Gibson Barbosa, e o Brasil deixava de votar alinhado com Portugal na ONU, negando apoio à repressão portuguesa na África. Em resumo, o Brasil passou a agir com base em seus próprios interesses e no interesse africano, abandonando o alinhamento automático com Portugal, sendo o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de Angola em 1975, em um gesto que simbolizava a nova política brasileira em relação à África.

Ao final do governo Geisel, a política externa brasileira adotou uma abordagem mais universalista, integrando a África Negra como parte da estratégia de inserção internacional do país. Durante o período de 1972 a 1981, as exportações brasileiras para a África tiveram um aumento significativo. Essa mudança na postura da política externa brasileira refletiu uma

maior autonomia e uma base nos interesses tanto nacionais quanto africanos (CERVO, 2008). A nova abordagem buscou garantir a segurança, a prosperidade e a influência do Brasil no cenário internacional, resultando em benefícios concretos para o país por meio de acordos comerciais, alianças estratégicas e outras formas de cooperação internacional. Essa relação da política externa brasileira com a África demonstra aspectos pragmáticos, conforme abordado na teoria apresentada na seção 2.5, referenciada na obra de Lima et al. (2018).

Ao longo deste capítulo será investigada a estratégia adotada pelo Brasil em relação à África, com enfoque na África Ocidental Atlântica, onde serão abordados os principais empreendimentos entre o Brasil e seus três parceiros históricos na região: Nigéria, Angola e África do Sul. Adicionalmente, serão examinados os impactos que os projetos chineses apresentados no capítulo anterior têm sobre a região sul-atlântica e por fim, realizada uma sucinta conclusão sobre os aspectos abordados ao longo das seções.

4.1 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A INSERÇÃO EXTERNA: UMA PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA

Segundo Farias (2014), o Brasil tem buscado, desde o início dos anos 2000, uma reflexão estratégica sobre sua inserção internacional e a articulação entre defesa e desenvolvimento. O objetivo é estreitar os vínculos entre as políticas de desenvolvimento nacional e a necessidade de reposicionar-se no sistema internacional. Mediante documentos oficiais, como a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), propôs-se a expansão das relações exteriores do país com seu entorno estratégico, que inclui a América do Sul, a África Ocidental Atlântica, a Antártida e o Atlântico Sul.

O autor ainda afirma que o Brasil busca consolidar-se como uma potência regional, difundindo sua influência econômica, política e diplomática. Entretanto, a região sul-atlântica é marcada pela existência de recursos minerais e energéticos, além de oportunidades de investimento de capital, o que atrai a atenção das grandes potências mundiais. Para exercer a liderança regional, é necessário estabelecer uma estratégia de integração global que reduza as vulnerabilidades, estabeleça prioridades e esteja em consonância com uma perspectiva de conquistar maior autonomia nas disputas de poder do sistema internacional moderno. A recente reaproximação do Brasil com os países africanos é um exemplo dessa estratégia, que tem trazido progresso significativo em diversas áreas, como educação, cooperação técnica,

agricultura, medicina, políticas sociais e energia (FARIAS, 2014).

Muitas vezes, as abordagens progressistas negligenciam a dimensão geopolítica e a compreensão de que os projetos de desenvolvimento estão intrinsecamente ligados à criação de meios competitivos para conquistar ou manter o poder estatal. O desenvolvimento, portanto, não é um fim em si mesmo, mas um meio econômico de acumular poder. A expansão internacional é um elemento constitutivo de um projeto nacional que busca uma forma de reforçar e desenvolver seu próprio sistema produtivo. A relação entre África e Brasil é um exemplo dessa estratégia. O crescimento que os países africanos vêm experimentando desde o início dos anos 2000 representa uma oportunidade para o Brasil aprofundar as relações Sul-Sul⁹ e criar um ambiente geopolítico favorável aos projetos sul-americanos e africanos no espaço do Atlântico Sul (FARIAS, 2014).

4.2 PRINCIPAIS PROJETOS BRASILEIROS NA ÁFRICA OCIDENTAL ATLÂNTICA

Iniciando a análise dos projetos brasileiros, com foco no setor agrícola, tanto o Brasil quanto a África apresentam um potencial considerável e desempenham um papel significativo na produção e exportação de *commodities*. No entanto, de acordo com Curtis (2016), há uma insuficiência de investimentos por parte das empresas privadas brasileiras nesse setor, apesar do interesse manifestado pelo governo brasileiro no desenvolvimento de projetos agrícolas na África. Isso resulta em um volume de investimentos e comércio consideravelmente menor em comparação com a China. O autor complementa a análise ressaltando que, assim como a China, os setores de petróleo, mineração e construção são os mais relevantes para os investimentos brasileiros na África. Dessa forma, o agronegócio brasileiro continua a priorizar os mercados internos lucrativos e os países vizinhos da América do Sul, em vez de redirecionar seus esforços para a África.

Segundo informações da Apex-Brasil, a pauta de exportação brasileira para a África é amplamente composta por *commodities*, principalmente alimentos e bebidas, como açúcar, milho, carnes de aves, soja, carne bovina e trigo. Destaca-se o aumento significativo nas vendas de trigo para a África em 2022, que registrou um crescimento de 2.602% em relação

⁹ Conceito político-econômico que simboliza as relações entre os países da periferia do sistema capitalista de acordo com a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) estabelecida em fins do século XIX (CERVO, 2008).

ao ano anterior, possivelmente relacionado à influência do conflito entre Rússia e Ucrânia no mercado global de alimentos. Essas exportações contribuem para a segurança alimentar dos países africanos (APEX-BRASIL, 2023).

No que diz respeito às importações brasileiras provenientes da África, os dados do Ministério da Economia indicam que a maioria é composta por produtos petroquímicos, como adubos, fertilizantes químicos e petróleo. Essas categorias representam mais de 75% do valor total das importações do continente africano para o Brasil. O declínio nas importações de petróleo a partir de 2014 contribuiu para a obtenção de um superávit comercial em 2016, após anos de déficits consecutivos. Destaca-se a importância dos fornecedores africanos de adubos e fertilizantes químicos para o agronegócio brasileiro. Em 2022, os principais fornecedores africanos para o Brasil foram África do Sul, Angola, Argélia, Nigéria e Marrocos, responsáveis por mais de 82% do valor total das importações (BRASIL, 2023b).

Os dados do Ministério da Economia também indicam a China e os Estados Unidos como os principais competidores do Brasil no mercado africano (GRAF. 5). O Brasil se destaca como líder nas vendas de açúcares e melãos, competindo com países como Índia e Tailândia nesse segmento. Por outro lado, no mercado brasileiro, a China e os Estados Unidos são apontados como os principais concorrentes dos exportadores africanos (GRAF. 6). Embora a China não concorra diretamente nos setores principais dos países africanos, os Estados Unidos competem tanto no segmento de petróleo bruto, juntamente com a Arábia Saudita, quanto em petróleo combustível, em conjunto com a Índia. No caso dos adubos e fertilizantes químicos, os países africanos enfrentam a concorrência do Canadá e da Rússia, principais fornecedores do Brasil (BRASIL, 2023b).

O relatório do Banco Central do Brasil (BACEN) referente aos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) provenientes da África destaca um crescimento significativo de 57% no estoque de investimentos entre 2020 e 2021, totalizando US\$ 2,3 bilhões em 2021 (FIG. 6). Esse aumento é impulsionado pelos investimentos provenientes da África do Sul, que cresceram US\$ 841 milhões no mesmo período. Os países africanos ocupam a 30ª posição no *ranking* de estoque de IED no Brasil em 2021. Por sua vez, o estoque de IED brasileiro na África registrou um aumento de 24% entre 2012 e 2021, atingindo US\$ 1,87 bilhão em 2021 (FIG. 7). Angola, Seychelles e África do Sul foram os principais destinos dos investimentos brasileiros na África. Em comparação, o conjunto dos países africanos ocuparia a 20ª posição no *ranking* de destinos do estoque de IED brasileiro em 2021 (BRASIL, 2023a).

Conforme Brum (2018), em um contexto em que a importância geopolítica do Atlântico Sul está em ascensão para os atores regionais e externos, o Brasil adota a cooperação em defesa com os países africanos como uma estratégia para promover a construção de uma identidade regional e reconfigurar as relações de poder nessa região. Nesse sentido, o Brasil busca fortalecer os laços não apenas com parceiros históricos, como Angola, Nigéria e África do Sul, cujas relações serão abordadas a seguir, mas também com os demais países costeiros, destacando seu papel como nação sul-atlântica.

4.2.1 Nigéria

Conforme analisado por Penha (2011), a Nigéria, que apresenta um considerável potencial econômico e político, visa desempenhar um papel de liderança não apenas na região da África Ocidental, mas em todo o continente africano. Embora a cooperação econômica com países desenvolvidos desempenhe um papel significativo na dinâmica comercial nigeriana, especialmente nas exportações de petróleo para regiões altamente industrializadas, as autoridades nigerianas reconhecem a importância da cooperação Sul-Sul como um elemento fundamental para alcançar seus ambiciosos objetivos de desenvolvimento econômico.

No contexto das relações bilaterais entre Brasil e Nigéria, o MRE destaca que desde a independência da Nigéria em 1960, os países possuem uma relação intensa e diversificada, com significativa influência nigeriana na formação cultural e social brasileira. O Brasil foi o único país sul-americano convidado a participar do evento de Proclamação da Independência da Nigéria, e as visitas frequentes de autoridades de alto nível entre os dois países tornaram-se comuns, notadamente a partir de 1999, incluindo visitas de Chefes de Estado. Além disso, o MRE ressalta que a Nigéria é o único país da África Ocidental Atlântica com o qual o Brasil possui um Mecanismo de Diálogo Estratégico. Em novembro de 2013, ocorreu a primeira sessão desse mecanismo em Brasília, durante a qual foram estabelecidos Grupos de Trabalho bilaterais abordando diversas áreas temáticas, como agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento agrário, questões consulares e jurídicas, defesa, comércio e investimentos, entre outros (BRASIL, 2023c).

Conforme Machado (2013), a intensificação das relações econômicas e político-diplomáticas entre o Brasil e a Nigéria é considerada vantajosa e benéfica para ambos os países, destacando três aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, menciona o aumento da

projeção internacional do Brasil. Em segundo lugar, destaca o impulso gerado pelas crescentes necessidades brasileiras de recursos naturais para sustentar o crescimento econômico. Por fim, ressalta a percepção da Nigéria de que poderia obter ganhos significativos por meio dessa parceria. Além disso, a Nigéria desempenha um papel estratégico para o Brasil, especialmente no contexto da questão do petróleo, reduzindo sua dependência de países como China e Estados Unidos.

No mesmo sentido, a pesquisa realizada pela Apex-Brasil sobre o perfil da África, ao divulgar o *ranking* das relações comerciais e de investimentos entre o Brasil e os países africanos, confirma a posição da Nigéria como principal parceiro comercial do Brasil no continente africano desde 2002, evidenciando um fluxo comercial contínuo e crescente. Os dados dessa pesquisa mostram que, em 2022, a Nigéria foi o principal exportador para o Brasil (FIG. 8), principalmente de petróleo, dentro do contexto africano. Além disso, em termos de exportações brasileiras para a África, a Nigéria ocupou a quinta posição mais relevante em 2022. Esses fatos se mantêm consistentes desde 2002, evidenciando uma sólida parceria comercial estabelecida entre os dois países (APEX-BRASIL, 2023).

No campo político-diplomático, as relações entre o Brasil e a Nigéria foram marcadas pela abordagem bilateral e multilateral, reconhecendo o papel proeminente da Nigéria no continente africano, especialmente em organizações como a União Africana e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. Há uma consonância nos discursos dos representantes de ambos os países em fóruns como a Assembleia Geral da ONU e nas reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC). No âmbito militar e estratégico, a parceria entre Brasil e Nigéria está fundamentada na questão do petróleo, dada a importância desse recurso no cenário internacional. Nesse sentido, o fortalecimento da ZOPACAS torna-se essencial para garantir a soberania dos dois países sobre suas reservas petrolíferas em áreas marítimas (PENHA, 2011).

De acordo com Brasil (2021a), no campo da Defesa, é destacada a realização de exercícios navais combinados entre Brasil e Nigéria, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento da confiança e capacitação das Marinhas envolvidas. Essas atividades contribuem para fortalecer a segurança marítima no entorno estratégico brasileiro, promovendo o estreitamento dos laços de amizade entre os países mais populosos da África e da América Latina. Um exemplo significativo é a Operação "Guinex", na qual as marinhas dos dois países realizaram exercícios combinados focados no combate a atividades ilícitas, como

ataques piratas, tráfico de drogas, tráfico humano e pesca ilegal, nas águas jurisdicionais da Nigéria. Essa região é de extrema importância devido à exploração de petróleo e por ser uma rota crucial de comunicação marítima no Golfo da Guiné.

4.2.2 Angola

Conforme ressaltado pelo atual ministro do MRE, Mauro Vieira, durante uma reunião com seu congênere angolano, Tété António, Angola é o país que abriga a maior comunidade brasileira no continente africano, contando com aproximadamente 15 mil pessoas. Esses expatriados possuem uma presença de longa data em Angola e desempenham um papel integral na sociedade angolana, estabelecendo laços tanto no âmbito profissional quanto familiar (DIPLOMACIA BUSINESS, 2023).

Consoante a Apex-Brasil (2023b), o resultado de seu estudo revela uma diversificação nas exportações brasileiras para Angola nos setores de máquinas, alimentos e produtos manufaturados, que apresentaram crescimento médio significativo nas importações angolanas entre 2018 e 2022. Esses setores representam possibilidades de expansão do comércio bilateral e promovem cooperação econômica entre os dois países. No entanto, segundo Oliveira et al. (2012), observa-se uma diminuição na presença brasileira no mercado angolano (FIG. 9), coincidindo com o fortalecimento das relações entre China e Angola, marcado por um acordo entre os Ministérios das Finanças de Angola e do Comércio da República Popular da China, a partir de 2015.

Quanto às importações brasileiras de origem angolana, destaca-se a alta concentração em petróleo e seus derivados, representando cerca de 99,7% do total importado, com um aumento expressivo em 2022 resultando em um saldo negativo na balança comercial (BRASIL, 2023b). Já no que concerne aos investimentos estrangeiros no Brasil, houve uma redução significativa no estoque daqueles provenientes de Angola (FIG. 10) devido à crise causada pela queda nos preços do petróleo a partir de 2014, visto que o petróleo é o principal produto de exportação do país, assim como a recessão econômica no Brasil entre 2015 e 2016. Por outro lado, o estoque de investimentos brasileiros em Angola (FIG. 11) apresentou crescimento entre 2020 e 2021 (Brasil, 2023a).

Conforme apontado pela Apex-Brasil (2023b), um estudo realizado evidenciou desafios enfrentados pela exportação brasileira para o mercado angolano, os quais incluem um

Decreto Presidencial angolano de 2019, intitulado "Regulamento da Cadeia Comercial de Oferta de Bens da Cesta Básica e Outros Bens Prioritários de Origem Nacional". O referido regulamento tem o propósito de atuar como um instrumento de governança do comércio internacional em Angola. Embora, atualmente, o regulamento não restrinja o comércio, existe a possibilidade de que ele possa impor limitações ou proibições à importação de bens considerados estratégicos, desde que haja produção nacional suficiente. Essa medida poderia potencialmente impactar produtos relevantes exportados pelo Brasil para Angola, como frango, carne suína, açúcar, óleo de soja e carne bovina seca. Além disso, as dificuldades relacionadas à capacidade de financiamento e pagamento por parte dos importadores angolanos também são mencionadas como um desafio a ser enfrentado. Nesse contexto, destaca-se a importância de promover a expansão das vendas de produtos de maior valor agregado, aproveitando as oportunidades já identificadas.

Conforme Rodrigues (2022), no campo da Defesa, destaca-se a aprovação de um acordo de cooperação entre Brasil e Angola, oficializado pelo Decreto Legislativo nº 15/2022 de 20 de abril de 2022. Esse acordo estabelece as diretrizes para a colaboração mútua em diversas áreas, como inteligência militar, equipamentos e sistemas militares, ciência e tecnologia de interesse militar, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de Defesa. Essa parceria é considerada um marco da prioridade africana na política externa brasileira. O acordo também prevê a regulamentação de visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares, o intercâmbio de instrutores e estudantes, a promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar, assim como a realização de exercícios militares conjuntos. Além disso, o acordo aborda a consultoria no domínio de armamentos e técnica militar, bem como a implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de Defesa, com a possibilidade de participação de entidades militares de nível estratégico.

Segundo a fonte Brasil (2023), no âmbito da atuação militar combinada, as marinhas do Brasil e de Angola estão envolvidas na operação "Obangame Express", a qual conta com a participação de países dos continentes americano, africano e europeu. O principal objetivo dessa operação consiste em fornecer treinamento e capacitação às forças militares dos países africanos localizados no Atlântico Sul, visando fortalecer sua habilidade na coordenação de ações para combater delitos como pirataria, sequestro de pessoas, tráfico de armas e drogas, bem como reprimir a pesca ilegal. Além disso, a operação também visa promover iniciativas

sociais e fornecer apoio à Política Externa, contribuindo para o estreitamento dos laços institucionais entre os países participantes.

4.2.3 África do Sul

Nos apontamentos de Aragão (2021), a relação entre Brasil e África do Sul é mantida por meio de uma Parceria Estratégica, estabelecida em julho de 2010. Essa parceria engloba uma série de acordos bilaterais de grande relevância nas áreas de cooperação jurídica, defesa, ciência e tecnologia e meio ambiente. Além disso, é importante destacar que as relações entre os dois países são abrangentes, visto que ambos são membros de grupos como o IBAS, composto por Índia, Brasil e África do Sul, o BRICS, discutido na seção 3.2.3, o BASIC, que inclui Brasil, África do Sul, Índia e China, bem como os grupos G20 financeiro e G20 comercial, todos objetivando promover a cooperação entre seus membros e a discussão de assuntos de interesse comum.

No estudo da Apex-Brasil sobre as relações entre Brasil e África do Sul (FIG. 12), são identificadas oportunidades promissoras para as exportações brasileiras em setores como artigos manufaturados, pneus, máquinas e equipamentos de transporte, e produtos químicos. Entre 2018 e 2022, destaca-se o crescimento nas exportações brasileiras de óleos combustíveis e trigo para a África do Sul, revelando uma pauta exportadora brasileira ampla e diversificada, acolhendo tanto bens primários quanto produtos de maior valor agregado. O estudo também aponta que o conflito entre Rússia e Ucrânia impacta a economia sul-africana, resultando em um crescimento econômico moderado e alta taxa inflacionária, mas também oferece oportunidades comerciais para produtos afetados por essa questão. Nesse contexto, o Brasil aproveitou o momento para ampliar o fornecimento de carne de aves, conquistando uma expressiva participação de mercado. No entanto, em termos gerais, a China assumiu a posição de maior fornecedor da África do Sul em 2022, superando o Brasil (APEX-BRASIL, 2023a).

No que diz respeito às importações provenientes da África do Sul para o Brasil, os dados disponibilizados pelo Ministério da Economia, por meio da plataforma ComexStat, indicam que essas importações apresentam uma relativa concentração, ao contrário das exportações. Durante o período de 2018 a 2022, seis dos dez principais grupos de produtos importados pelo Brasil registraram variação positiva, com destaque para o crescimento médio anual de 151,6% no segmento de bombas, centrífugas, compressores de ar, ventiladores, exaustores, aparelhos

de filtrar ou depurar e suas partes, e o crescimento médio anual de 269,7% no setor de aquecimento e resfriamento de equipamentos e suas partes (BRASIL, 2023b).

Conforme o relatório de investimentos diretos no país divulgado pelo BACEN em 2023, constatou-se um aumento significativo no estoque de investimentos sul-africanos no Brasil (FIG. 13). Em 2021, houve um acréscimo de US\$ 840,7 milhões, representando um aumento de 60,8% em relação ao ano anterior. Esse crescimento pode ser atribuído à recuperação econômica do Brasil após o período da pandemia. Em comparação, a África do Sul ocupa a 32ª posição no *ranking* dos países investidores no Brasil, com um estoque de IED de US\$ 2,2 bilhões em 2021. Em contrapartida, Angola está na 51ª posição, com um investimento de US\$ 65 milhões no Brasil. Por sua vez, o estoque de IED brasileiro na África do Sul (FIG. 14) foi de US\$ 103 milhões em 2021, representando uma redução de 20,9% em relação a 2012. Regionalmente, a África do Sul é o segundo maior destino dos investimentos brasileiros no continente africano, ficando atrás apenas de Angola (BRASIL, 2023a).

No campo da Defesa, a colaboração entre Brasil e África do Sul ocupa uma posição proeminente. Ambos os países desempenham papéis-chave no desenvolvimento de tecnologias de defesa em suas regiões. Destaca-se a relação estratégica existente entre eles, especialmente no campo das tecnologias de defesa, com foco na produção dos mísseis A-Darter. Esse projeto foi estabelecido por meio de um amplo acordo estratégico em 2003, envolvendo empresas privadas de ambos os países. A produção dos protótipos iniciou em 2007, com os custos compartilhados entre as partes envolvidas (MARTIN et al., 2014). Além disso, Brasil e África do Sul colaboram na fabricação de um sistema de vigilância por satélite oceanográfico no Atlântico Sul (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

No contexto das relações de Defesa entre Brasil e África do Sul, o Ministério da Defesa (MD), por meio da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), organizou o I Diálogo de Indústria da Defesa em 2021, visando impulsionar transações comerciais e fortalecer a parceria na Base Industrial de Defesa (BID). Essa iniciativa é um avanço nas relações entre os países, que já possuem um Acordo de Cooperação em Defesa vigente desde 2013. Destaca-se que essa parceria tem um histórico relevante, com a realização de projetos importantes que fortalecem a BID (BARROS, 2021). A integração das indústrias dos dois países favorece a transferência de tecnologias valiosas para o Brasil, não apenas para suas capacidades de dissuasão, mas também para diversas aplicações civis, como agricultura, sensores, sistemas de comunicação por rádio e veículos aéreos não tripulados (ESCOSTEGUY, 2011).

Ainda no contexto das relações de Defesa, cabe destacar a relevância da participação da Marinha do Brasil em operações militares combinadas, como “ATLASUR” e “IBSAMAR”. A operação “ATLASUR”, realizada a cada dois anos desde 1992, envolve as Marinhas da Argentina, África do Sul, Brasil e Uruguai, cujo objetivo é fortalecer a presença dos participantes no Atlântico Sul por meio de exercícios navais. Por sua vez, a operação “IBSAMAR”, que ocorre desde 2008 e se repete a cada dois anos, envolve as Marinhas da Índia, África do Sul e Brasil. Essas operações têm como propósito fortalecer os laços de amizade entre as marinhas, promover a interoperabilidade e treinar as tripulações por meio de exercícios complexos (BRASIL, 2018).

4.3 IMPACTOS DA PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA OCIDENTAL ATLÂNTICA E A NOVA COLONIZAÇÃO AFRICANA

Retomando as considerações apresentadas no capítulo 3, é notável constatar que a projeção internacional da China, sobretudo em território africano, tem sido impulsionada tanto pelo seu crescimento econômico como pela sua significativa demanda por recursos energéticos, somados a sua percepção do papel desempenhado pela África no sistema internacional. Em face desse panorama, Albert (2017) afirma que a presença chinesa no continente africano tem um impacto significativo na região, gerando tanto desafios e contradições quanto soluções para as questões históricas daquele continente. Embora os países africanos recebam positivamente os consideráveis fluxos de capital da China, essa relação pode resultar em problemas futuros. Como consequência, existe o risco de os países africanos ficarem condicionados ao desenvolvimento chinês, criando uma relação de dependência agravada pelo crescente endividamento com a China, levantando questionamentos sobre a natureza mutuamente benéfica ou neocolonial da relação sino-africana. Além disso, os países africanos apresentam queixas que vão desde a falta de conformidade com normas de segurança e ambientais até práticas comerciais desleais e violações das leis locais.

Ainda segundo o autor, Ian Taylor (1969-), então professor da Universidade de St. Andrews, enfatizou que os trabalhadores africanos têm expressado críticas às empresas chinesas devido a práticas trabalhistas consideradas injustas, tais como disputas salariais e condições precárias de trabalho. Nesse sentido, a capacidade do governo chinês de controlar

essas empresas estaria em declínio, o que enfraquece a narrativa oficial de que o investimento chinês na África é uma relação "ganha-ganha". Outrossim, o autor salienta que preocupações ambientais são levantadas por parte de organizações não governamentais internacionais e locais, as quais destacam a falta de transparência em relação aos recursos naturais e os esforços limitados na proteção animal e ambiental. No entanto, esses especialistas argumentam que a percepção negativa do desempenho ambiental da China na África é mais pronunciada do que a realidade, embora reconheçam que melhorias podem e devem ser implementadas nessa área (ALBERT, 2017).

Consoante as análises realizadas por Curtis (2016), os investimentos chineses na agricultura africana têm enfrentado importantes desafios. A grilagem de terras é apontada como um problema associado a esses investimentos, acarretando consequências desfavoráveis para os agricultores locais. Além disso, observa-se que a tecnologia introduzida na África atende mais aos interesses do agronegócio chinês do que aos pequenos agricultores africanos. Verifica-se que os investimentos e programas de cooperação não incluem de forma sistemática os pequenos agricultores africanos na concepção ou execução dos projetos, sendo mais adequados para a agricultura em larga escala.

A presença da China na África Ocidental Atlântica tem impactos significativos no ambiente marítimo do Atlântico Sul. O Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)¹⁰ destaca diversas ameaças que podem ser potencializadas pela presença chinesa no entorno estratégico brasileiro. A análise das relações internacionais e da conjuntura oceanopolítica revela a complexidade dos desafios enfrentados. Entre as ameaças identificadas, destacam-se a pesca ilegal, a biopirataria, as ameaças cibernéticas, as questões ambientais, os desastres naturais, as pandemias e as disputas por recursos naturais (BRASIL, 2020). Essas ameaças exigem atenção e respostas adequadas dos estados ameaçados, especialmente dos países africanos da costa ocidental atlântica, que são particularmente afetados por atividades ilegais em seu ambiente marítimo.

O plano estratégico mencionado fornece informações detalhadas sobre a pesca ilegal, classificando-a como uma atividade predatória que causa um impacto econômico global

¹⁰ O Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) é um documento de alto nível, com o propósito de orientar o planejamento de médio e longo prazo, por meio de Objetivos Navais (OBNAV) organizados em uma cadeia de valores, orientados pela Visão de Futuro da Marinha do Brasil (MB) (BRASIL,2020).

estimado em US\$ 23 bilhões anualmente. Essa prática afeta principalmente as comunidades dependentes da pesca e aquicultura, incluindo aproximadamente 2,4 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe, região situada no entorno estratégico brasileiro. Além dos impactos nas economias costeiras, a pesca ilegal também provoca danos ambientais e representa uma ameaça à biodiversidade marinha. Para abordar essas ameaças, é necessário implementar dispositivos legais e regulamentações internacionais, além de realizar investimentos adequados para fortalecer a vigilância marítima e reprimir a prática ilegal. No caso específico do Brasil, é crucial garantir a capacidade de fiscalização em áreas distantes, como a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) das ilhas de Martim Vaz, Trindade e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo (BRASIL, 2020).

Nos valendo da contribuição de Eduardo Navarro, especialista do Centro de Estudos em Direito do Mar "Vicente Marotta Rangel" (CEDMAR/USP) e membro da Associação Brasileira de Estudos em Defesa (ABED), há evidências de que uma frota pesqueira chinesa, após causar danos às reservas pesqueiras do Peru e do Equador no Oceano Pacífico, está aumentando sua presença nas águas do Atlântico Sul, especialmente na ZEE da Argentina. Navarro destaca que essa frota, navegando sob a bandeira chinesa, é composta por trabalhadores marítimos com treinamento militar, caracterizando uma milícia marítima civil. Portanto, a presença dessas embarcações pesqueiras chinesas na região do Atlântico Sul suscita preocupação legítima, pois além de envolverem-se em atividades pesqueiras ilegais, essas embarcações também representam a projeção do poder marítimo de Pequim em uma nova arena oceano-política (NAVARRO, 2023).

Em seu artigo, Eduardo Navarro ainda revela que a China possui a maior frota pesqueira do mundo, composta por mais de 3.000 embarcações, conforme, segundo ele, noticiado pelo jornal *New York Times*. Segundo o autor, a pesca predatória conduzida por navios chineses e o esgotamento dos recursos haliêuticos não são novidades na África Ocidental Atlântica. O relatório da Organização não Governamental (ONG) britânica *Environmental Justice Foundation* destaca a crise enfrentada pelo setor pesqueiro de Gana devido à pesca predatória realizada predominantemente por navios chineses. Além disso, desde 2018, tem havido um aumento significativo nos incidentes de pesca ilegal, não regulamentada e não declarada por embarcações de bandeira chinesa nas ZEE de países costeiros da América do Sul, como Uruguai, Argentina e Brasil (NAVARRO, 2023).

No que diz respeito às ameaças além da pesca ilegal, o PEM 2040 aborda de forma mais

detalhada outras preocupações, como o acesso ilícito a informações sobre a fauna, flora e práticas de biopirataria. No contexto atual, com a presença significativa de nações não pertencentes ao hemisfério sul no entorno estratégico brasileiro, como a China na África Ocidental Atlântica, é fundamental que o país esteja adequadamente preparado para evitar acessos não autorizados. Isso requer ampliação dos esforços de contrainteligência e fiscalização, visando proteger os interesses nacionais. Além disso, o Plano aborda a intensa disputa por recursos naturais promovida pela China, que está presente em quase totalidade do continente africano, buscando atender às suas necessidades energéticas (BRASIL, 2020).

No contexto das ameaças ao meio ambiente, também destacadas no PEM 2040, Shinn (2015) aponta para um aumento da insegurança ambiental no continente africano devido às atividades das empresas chinesas. Conforme o autor, isso ocorre porque tanto os líderes chineses quanto os líderes africanos não consideram a preservação ambiental uma prioridade em suas agendas políticas. Ambos os lados tendem a enxergar o alinhamento dos investimentos com políticas ambientais modernas e responsáveis como um obstáculo ao crescimento econômico. Essa situação se reflete especialmente na África Ocidental, onde a maioria dos investimentos chineses está concentrada em setores econômicos particularmente vulneráveis, como florestas, pesca e extração mineral.

O PEM 2040 revela que as motivações políticas, conflitos sociais, interesses de grupos econômicos e até questões étnicas e religiosas estão subjacentes à busca por energia, água, minerais raros e espaço geográfico (BRASIL, 2020). Nesse contexto, Albert (2017) complementa que, embora haja escassez de dados sobre o assunto, as informações disponíveis sugerem a presença de interesses questionáveis na economia e na política chinesa na África, indicando que as rotas de integração e cooperação Sul-Sul no Atlântico Sul estão sendo indevidamente utilizadas para o tráfico de drogas, pessoas e animais, configurando crimes internacionais. Essas rotas, originalmente concebidas para promover o comércio ético e legal, foram transformadas em canais para atividades ilegais.

Em meio às circunstâncias de instabilidade presentes no continente africano, é importante considerar o fluxo de entrada de armamento, que, embora não seja necessariamente a causa de conflitos, possui um potencial significativo para exacerbá-los, especialmente em regiões instáveis. Essa preocupação é respaldada por informações recentes fornecidas pela *International Institute of Security Studies* e pelos relatórios do *Stockholm International Peace Research Institute*, os quais indicam um rápido aumento nas transferências

de armas chinesas para a África a partir de 2005 (KATZENELLENBOGEN, 2016). A aquisição de armamentos por parte de um Estado pode desencadear uma corrida armamentista no continente, particularmente em democracias mais frágeis, o que representa um risco para a manutenção da paz no Atlântico Sul e é prejudicial não apenas aos interesses africanos, mas também aos interesses do Brasil, considerando o alcance de seu entorno estratégico.

A presença da China na África gera uma competição direta com o Brasil tanto no campo econômico quanto na exploração de recursos naturais. A expansão econômica chinesa entra em conflito com os interesses brasileiros, especialmente nos setores estratégicos de energia, mineração e agricultura, resultando na redução da sua participação no mercado africano e na perda de vantagens competitivas. Além disso, a alta demanda chinesa por recursos naturais na África Ocidental Atlântica pode acelerar seu esgotamento, afetando a disponibilidade e os preços de *commodities* cruciais para a economia brasileira, como petróleo e minerais. A influência política crescente da China na região também pode enfraquecer a capacidade do Brasil em exercer sua diplomacia e política externa, reduzindo sua influência e relevância no continente africano, com possíveis repercussões negativas nas relações políticas e comerciais com os países de toda região sul-atlântica (FIGUEIREDO, 2019).

O autor ressalta que a competição entre Brasil e China na África pode ter impactos diversos nos países africanos. No âmbito econômico, essa competição pode levar os países africanos a oferecerem condições mais favoráveis para atrair investimentos e exportar matérias-primas, o que pode prejudicar suas economias locais. Além disso, essa competição pode resultar em uma corrida por recursos naturais, levando a conflitos e instabilidades políticas na região. No entanto, Figueiredo destaca que é importante reconhecer que essa competição também pode gerar oportunidades de cooperação e desenvolvimento conjunto entre os países africanos, o Brasil e a China (FIGUEIREDO, 2019).

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste capítulo, realizou-se uma análise histórica da política africana do Brasil e da perspectiva geopolítica da sua inserção no continente africano. Foram exemplificados projetos brasileiros na região da África Ocidental Atlântica e apresentados os principais indicadores das relações bilaterais do Brasil com Nigéria, Angola e África do Sul, parceiros históricos na política externa brasileira. O objetivo principal foi identificar oportunidades para o Brasil na região.

Além disso, foram discutidos os impactos da presença chinesa na porção ocidental atlântica do continente africano, que representam desafios e oportunidades não apenas para a África, mas também para o Estado brasileiro.

Primeiramente, observa-se que o Brasil mantém uma relação histórica com a África, caracterizada por uma política externa focada na cooperação Sul-Sul, com ênfase na solidariedade e no desenvolvimento conjunto. Ao longo dos anos, o Brasil implementou projetos significativos nos países da África Ocidental Atlântica, principalmente nas áreas de agricultura, infraestrutura e energia. Essas iniciativas tinham como objetivo fortalecer os laços comerciais e diplomáticos, promover o desenvolvimento sustentável e impulsionar a integração regional na região.

A presença crescente da China na região da África Ocidental Atlântica apresenta desafios significativos para o Brasil. Em primeiro lugar, o aumento dos investimentos chineses nos setores de recursos naturais, como florestas, pesca e mineração, intensifica a competição com o Brasil, especialmente no mercado de *commodities*. Essa competição acirrada pode ter impactos nas relações comerciais e diplomáticas do Brasil na região, exigindo uma revisão das estratégias de cooperação. Além disso, a presença chinesa levanta preocupações ambientais relevantes, uma vez que a abordagem menos rigorosa da China em relação à proteção ambiental resulta em impactos negativos, como desmatamento, degradação dos ecossistemas e esgotamento dos recursos naturais. Essas atividades comprometem a sustentabilidade ambiental da região e afetam negativamente as comunidades locais.

A competição por recursos na região da África Ocidental Atlântica representa outro desafio decorrente da presença chinesa. A região é rica em petróleo, gás, minerais e produtos agrícolas, despertando o interesse tanto do Brasil quanto da China. A crescente demanda chinesa, impulsionada pelo rápido crescimento econômico, gera uma competição intensa entre os dois países. Essa competição pode levar a tensões comerciais e políticas, dificultando a cooperação bilateral em áreas estratégicas. Além disso, a influência política e econômica da China na região pode resultar em dependência excessiva de um único parceiro, comprometendo a autonomia e a soberania dos países africanos. Nesse contexto, o Brasil deve adotar uma abordagem estratégica para enfrentar esses desafios, promovendo uma cooperação equilibrada e sustentável com os países africanos, fortalecendo suas relações comerciais e diplomáticas e buscando parcerias que beneficiem toda a região.

5 CONCLUSÕES

As relações entre o Brasil e a China com os países da África Ocidental Atlântica apresentam particularidades que refletem as diferentes políticas externas e interesses estratégicos de ambos os países na região.

No caso do Brasil, sua relação com os países da África Ocidental Atlântica, que estão localizados em seu entorno estratégico, tem sido caracterizada por uma abordagem de cooperação Sul-Sul, fundamentada nos princípios de solidariedade, respeito mútuo e desenvolvimento conjunto. O Brasil busca promover a integração regional por meio de acordos comerciais, programas de cooperação técnica e iniciativas de desenvolvimento, visando fortalecer os laços econômicos, sociais e culturais entre as nações envolvidas. Além disso, o país busca compartilhar sua experiência em setores como agricultura, energia renovável, educação e saúde, objetivando apoiar o desenvolvimento sustentável da região.

Por outro lado, a China tem expandido sua presença e influência nos países da África Ocidental Atlântica, adotando uma política externa mais assertiva e voltada para seus próprios interesses. Por meio de significativos investimentos estrangeiros, Pequim estabeleceu parcerias estratégicas com diversos países da região, abrangendo setores como infraestrutura portuária, construção de estradas e ferrovias, além da exploração de recursos minerais e energéticos. Essa abordagem é percebida como uma maneira de garantir acesso a recursos estratégicos, expandir mercados para produtos chineses e fortalecer sua presença geopolítica na região.

Em consonância com as análises realizadas, é possível observar que as relações entre Brasil, China e os países da África Ocidental Atlântica possuem dinâmicas distintas. O Brasil procura promover a cooperação e o desenvolvimento sustentável, guiado por princípios como a solidariedade e o respeito mútuo. Já a China busca proteger seus interesses econômicos e geopolíticos mediante investimentos e acordos estratégicos. Essa relação complexa apresenta tanto oportunidades quanto desafios para os países envolvidos, bem como para a segurança do Atlântico Sul. Portanto, é essencial uma avaliação cuidadosa dos termos e impactos dessas parcerias, visando o fortalecimento das economias, instituições e o desenvolvimento sustentável de todas as partes envolvidas.

Na perspectiva dos interesses brasileiros na África, a expansão dos investimentos chineses naquele continente pode proporcionar oportunidades comerciais e a abertura de

novos mercados para o Brasil, especialmente nos setores de *commodities* e agronegócio. Além disso, a cooperação entre a China e os países africanos pode estabelecer a base para parcerias trilaterais entre Brasil, China e as nações africanas, englobando áreas como agricultura, infraestrutura e energia.

No entanto, é necessário considerar que a competição entre Brasil e China em determinados setores, principalmente no mercado de *commodities*, pode se intensificar. Ademais, a presença chinesa na África pode ter influência nas relações comerciais e diplomáticas do Brasil com os países africanos, exigindo uma revisão das estratégias de cooperação brasileiras no continente.

Considerando o cenário apresentado, é fundamental que o Brasil adote uma abordagem estratégica para enfrentar os impactos da presença chinesa na África. Nesse sentido, é crucial que o país atue de forma proativa na região, fortalecendo suas relações comerciais e diplomáticas com os países africanos, especialmente aqueles localizados na parte ocidental atlântica do continente. Além disso, o Brasil tem a oportunidade de explorar iniciativas de cooperação Sul-Sul com a África, visando estabelecer parcerias e projetos conjuntos que beneficiem tanto a região quanto o Brasil em seu conjunto.

Em síntese, os projetos chineses e a crescente presença da China na África têm efeitos abrangentes, apresentando uma gama de oportunidades e desafios tanto para a África quanto para o Brasil. É essencial acompanhar de perto essas dinâmicas e buscar estratégias de cooperação equilibrada e sustentável entre todas as partes envolvidas.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E.; SOUZA NETO, D. M. **O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África**. In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. (Orgs.). O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília, DF: Ipea, 2014, p. 215-238. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21592>. Acesso em: 02 jul. 2023.

_____. **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, DF, v.57, n.1, p. 5-21, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100005&lng=pt&tling=pt>. Acesso em: 02 jul. 2023.

ALBERT, Eleanor. **China in Africa**. Council on Foreign Relations. EUA, New York, 12 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.cfr.org/background/china-africa>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ANGOLA. **Angola and China talk about the military industry**. Angola Press. Luanda, Angola, 25 jun. 2019. Disponível em: <<https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=430808>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ANTUNES, T. H. C.S. **Friedrich Ratzel e o determinismo geográfico: a construção de um estigma**. Revista Espaço e Geografia, v. 24, n. 1, p. 107-123 e 149-168. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP: 21 jan. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40284>>. Acesso em: 6 mar. 2023.

APEX-BRASIL, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. **Perfil África**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteúdo/estudos/perfil-regiao-africa.html>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

_____. **Perfil África do Sul**. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/estudos/perfil-pais-africa-do-sul0.html>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

_____. **Perfil Angola**. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/estudos/perfil-pais-angola0.html>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ARAGÃO, Jarbas. **Brasil e África do Sul fortalecem cooperação**. Diplomacia Business, [S.l.], 11 set. 2021. Disponível em: <<https://www.diplomaciabusiness.com/brasil-e-africa-do-sul-fortalecem-cooperacao/>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BARROS, Marcelo. **Webinar com representantes do Brasil e da África do Sul fortalece parcerias comerciais para a Base Industrial de Defesa**. Defesa em Foco, Maceió, AL, 5 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.defesaemfoco.com.br/webinar-com-representantes-do-brasil-e-da-africa-do-sul-fortalece-parcerias-comerciais-para-a-base-industrial-de-defesa/>>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Population, total - China**. The World Bank Group, EUA, Washington, DC, 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=CN>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1998.

BELLO, AbdulAzeez. **The Next Glorious 50 Years of China-Nigeria Relations**. Daily Trust, [S.l.], 10 fev. 2021. Disponível em: <<https://dailytrust.com/the-next-glorious-50-years-of-china-nigeria-relations>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **Corveta “Barroso” participa de missões no continente africano**. Brasília, DF, 20 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/corveta-barroso-participa-de-missoes-no-continente-africano>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

_____. _____. _____. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Estado-Maior da Armada, Brasília, DF, 2020.

_____. _____. **Política Nacional de Defesa (PND)**. Ministério da Defesa, Brasília, DF, 2021.

_____. _____. Marinha do Brasil. **Fragata “Independência” realiza exercícios na Nigéria durante Operação “Guinex-I”**. Centro de Comunicação Social da Marinha, Brasília, DF, 09 set. 2021a. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/fragata-independencia-realiza-exercicios-na-nigeria-durante-operacao-guinex-i>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

_____. Câmara dos Deputados. Decreto Legislativo nº 15, de 20 de abril de 2022. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2022/decretolegislativo-15-20-abril-2022-792548-publicacaooriginal-165055-pl.html>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

_____. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **Navio-Patrolha Oceânico “Araguari” suspende para participação em Exercício Multinacional na África**. Centro de Comunicação Social da Marinha, Brasília, DF, 23 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-patrolha-oceanico-araguari-suspende-para-participacao-em-exercicio-multinacional-na>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

_____. Ministério da Economia – ME. Banco Central do Brasil – BACEN. **Relatório de Investimento Estrangeiro Direto**. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioid>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

_____. _____. Departamento de Comércio Exterior. **Importações brasileiras provenientes da África**. ComexStat/MDIC, Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

_____. Ministério das Relações Exteriores - MRE. **República Federal da Nigéria**. Brasília, DF, 30 mar. 2023c. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-federal-da-nigeria>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift, the Real Story of China in Africa**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BRUM, Alex Guedes. **A cooperação Brasil-África em defesa durante o Governo Lula**. v. 2, n. 2, Rio de Janeiro: HOPLOS, 2018.

CAMPOS, Indira; VINES, Alex. **Angola and China - A Pragmatic Partnership**. CSIS Conference. Chatham House, London, 2007. Disponível em: <https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/080306_angolachina.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2023.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2008.

CHAKRABARTY, Malancha. **From War Zone to China's Poster Child, to Economic Despair: Angola's 40-Year Journey**. Issue Briefs and Special Reports. 2021. Disponível em: <<https://www.orfonline.org/research/from-war-zone-to-chinas-poster-child-to-economic-despair-angolas-40-year-journey/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CHINA. **China and Africa in the New Age: A Partnership of Equals**. China Embassy, 2021. Disponível em: <http://zw.china-embassy.gov.cn/eng/zgjj/202112/t20211216_10470558.htm>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CRABTREE, Justina. **The island paradise that could be China's next strategic transport hub**. CNBC, 2018. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2018/01/17/china-transport-hub-could-be-the-african-island-of-sao-tome.html>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

CURTIS, Marcos. **Chinese, Brazilian, and Indian Investments in African Agriculture: Impacts, Opportunities, and Concerns**. Africa Portal, 2016 Disponível em: <<https://www.africaportal.org/publications/chinese-brazilian-and-indian-investments-in-african-agriculture-impacts-opportunities-and-concerns/>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

ELLIS, Chris Devonshire. **Developing Global Free Trade: China and the Southern African Customs Union**. China Briefing Magazine. Dezan Shira & Associates, [S.l.], 20 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.china-briefing.com/news/developing-global-free-trade-china-southern-african-customs-union/>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013, pp. 92-102.

DIPLOMACIA BUSINESS. **Brasil e Angola assinam acordos em diversas áreas**. Brasília, DF, 6 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.diplomaciabusiness.com/brasil-e-angola-assinam-acordos-em-diversas-areas/>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

DIPLOMATIQUE. **O grande retorno do trem à África Oriental**. São Paulo, SP, 31 jan. 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-grande-retorno-do-trem-a-africa-oriental/>>. 18 mar. 2023.

DW. Global Media Forum. Made for Minds. **Angola, Africa's largest debtor to China**. [S.l.], 1 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/angola-%C3%A9-o-maior-devedor-africano-%C3%A0-china-e-d%C3%ADvida-deve-ser-prioridade-global/a-64256835#:~:text=Os%20pa%C3%ADses%20africanos%20devem%20696%20mil%20milh%C3%B5es%20de,dess%20valor%20a%20ser%20devido%20a%20credores%20chineses>>. Acesso em: 5 mar. 2023.

ESCOSTEGUY, P. **A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

FARHAOUI, Fouad. **China's Strategic Military Goal in Namibia – Analysis**. Eurasia Review News & Analysis, 2016. Disponível em: <<https://www.eurasiareview.com/07072016-chinas-strategic-military-goal-in-namibia-analysis/>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FARIAS, Hélio Caetano. **Capital Financeiro e Geopolítica Clássica: algumas notas sobre a expansão e poder dos estados no final do século XIX**. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 125-137. Disponível em: <<https://www.editoralettera1.com.br/anais-congeio/index.html>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FIGUEIREDO, Marcus. **A Política Externa Brasileira e a China: da cooperação sul-sul à competição na África**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 62, n. 1, 2019.

GIST, Brianna. **The Uplifting Africa Program. The Democratic Republic of São Tomé and Príncipe - Country Report**. Eurasia Center, 2020.

HILFERDING, Rudolf (1909). **O Capital Financeiro**. São Paulo, Abril Cultural, 1986.

IRIAS, Frederico Duarte. **Geopolíticas Críticas e Movimentos Sociais**. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 93-106. Disponível em: <<https://www.editoralettera1.com.br/anais-congeio/index.html>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

JUBÉ, Andrea; EXMAN, Fernando. **Presença da China na região exige prudência e atenção, diz comandante da Marinha**. Valor Econômico, [S.l.], 09 jun. 2023. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/06/09/presenca-da-china-na-regiao-exige-prudencia-e-atencao-diz-comandante-da-marinha.ghtml>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KAPLAN, R. **A Vingança da Geografia – A Construção do Mundo A Partir da Perspectiva Geografia**. São Paulo: Elsevier, 2013, p. 191-192.

KATZENELLENBOGEN, J. **China Making Big In-Roads in African Defence Sector**. Africa News and Analysis, [S.l.], 28 fev. 2016. Disponível em: <<https://africajournalismtheworld.com/2016/02/28/china-making-big-in-roads-in-african-defence-sector>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

LIAO, NIEN-CHUNG CHANG. **As fontes da assertividade da China: o sistema, a política doméstica ou as preferências de liderança?**. International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-), 92(4), 2016, pp. 817-33. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24757677>>. Acesso em: 23 abr. de 2023.

LIMA, Sérgio Eduardo M. et al. **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Coleção política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2018.

MACAU NEWS AGENCY. **Cape Verde: Armed forces to receive €4.4M from China for materials, training**. MNA International, 2020. Disponível em: <<https://www.macaubusiness.com/cape-verde-armed-forces-to-receive-e4-4m-from-china#for-materials-training/>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MACKINDER, Halford J. **O Pivô Geográfico da História**. The Geographical Journal, vol. 23, n. 4, 1904, pp. 421-437.

MADEIRA, João Paulo. **The Dragon Embraces Africa: Cape Verde-China Relations**. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, 6 (12), 2017, pp. 123-141. Disponível em: <https://www.academia.edu/37384779/The_Dragon_Embraces_Africa_Cape_Verde_China_Relations>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAGALHÃES, Diana Vervloet Dalman de et al. **Expansão da Influência Chinesa na Namíbia: Impactos na Cooperação entre Brasil e Namíbia e no Atlântico Sul**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii/expansao_da_influencia_chinesa.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MARTIN, K.; CARRETA, B. M.; TERANO, R. Y. **A Indústria de Defesa e as Relações Brasil-África: Sucessos e Desafios**. In: NEVES, L. P. (Org.). "Brazil-Africa", CEBRI Dossiê Special Edition, v. 1, ano 13. Rio de Janeiro: CEBRI, 2014, p. 23-46. Disponível em: <<http://midias.cebri.org/arquivo/DossieBrazilAfrica.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MELOS, A. C., & MEROLA, V. **As relações bilaterais Brasil-Nigéria: um estudo de caso do período colonial aos dias de hoje**. Revista Perspectiva: Reflexões sobre a temática internacional, 7(13), 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Revista_Perspectiva/article/view/64963>. Acesso em: 04 jul. 2023.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOURA, Nelson. **Cape Verde authorities refuse license request for David Chow's bank project**. Macau News Agency, 2020. Disponível em: <<https://www.macaubusiness.com/cape#verde-authorities-refuse-license-request-for-david-chows-bank-project/>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

NASH, Paulo. **China's "Going Out" Strategy**. BRICS, DIPLOMATIC COURIER, [S.l.], 10 mai. 2012. Disponível em: <<https://www.diplomaticcourier.com/posts/china-s-going-out-strategy>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

NAVARRO, Eduardo. **A Presença da frota pesqueira chinesa no Atlântico Sul: pesca ilegal ou projeção de poder marítimo?**. Blog MAR & DEFESA, [S.l.], 08 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.maredefesa.com.br/post/a-presença-da-frota-pesqueira-chinesa-no-atlântico-sul-pesca-ilegal-ou-projeção-de-poder-marítimo>>. Acesso em: 08 jul.2023.

NESIAMA, Omatseye O'Weyinmi. **China-Nigeria Security Cooperation Policies: Challenges and Prospects**. Defense Forum, Spring, 2013, pp. 75-85. Disponível em: <<http://www.cdsndu.org/userfiles/file/00001/0000120141231084839/6%E4%B8%AD%E5%BD%E4%B8%8E%E5%B0%BC%E6%97%A5%E5%88%A9%E4%BA%9A%E7%9A%84%E5%AE%89%E5%85%A8%E5%90%88%E4%BD%9C%E6%94%BF%E7%AD%96%EF%BC%9A%E6%8C%91%E6%88%98%E4%B8%8E%E5%89%8D%E6%99%AF-%E8%8B%B1.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

OBSERVATÓRIO DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA – OCE. **China**. Trade and Economic Complexity, 2021. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/chn>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

OLIVEIRA, Mariana Sandoval de et al. **Diplomacia econômica da China: o caso de Angola**. Revista Economia Ensaios, Uberlândia, MG, v. 26, n. 2, p. 63-80, jan./jun. 2012.

OPALI, Otiato. **Nigeria, China mark 50th anniversary of diplomacy**. China Daily, 2021. Disponível em: <<https://www.chinadaily.com.cn/a/202101/07/WS5ff7021ba31024ad0baa135c.html>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD. Reaping the potential benefits of the african continental free trade area for inclusive growth**. Economic development in Africa, 2021. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2021_en.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2023.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador, BA: EDUFBA, 2011.

PEOPLE, China Org. 2018. **África e China firmam cooperação em infraestrutura**. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n3/2018/0330/c309806-9444063.html>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

RATZEL, Friedrich (1900). **O solo, a sociedade e o Estado**. Revista do Departamento de Geografia, n. 2, p. 93-101, 1983.

REIS, Daniel Aarão et al. **Dicionário de Política Internacional**. São Paulo: Contexto, 2008.

RODRIGUES, Edilson. **Acordo entre Brasil e Angola na área de defesa passa na CRE**. Agência Senado, Brasília, DF, 24 mar. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/24/acordo-entre-brasil-e-angola-na-area-de-defesa-passa-na-cre>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

SEEMANN, J. **Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções: Uma Breve Abordagem Contextual**. Terra Brasilis (Nova Série), v. 1, 2012.

SHINN, D. **The Environmental Impact of China's Investment in Africa**. *International Policy Digest*. [S.l.], 8 abr. 2015. Disponível em: <<http://intpolicydigest.org/2015/04/08/the-environmental-impact-of-china-s-investment-in-africa/>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

TAYLOR, Ian. **China's Oil Diplomacy in Africa**. *International Affairs*. Oxford University Press. London, v. 82, n. 6, p. 937-959, 2006.

THOMÉ, Gustavo Cabral. **A África da ZOPACAS: Uma visão realista das ações dos EUA e da China na região entre 2000 e 2020**. Dissertação (Mestrado em Estudos Marítimos) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 18-20.

VESENTINI, José W. **Nova Ordem, imperialismo e geopolítica global**. Campinas. São Paulo. Editora Papirus, 2003.

VIDEIRAS, Alex; MORDOMO, Creonte; JIE, Yu. **The response to debt in Africa and the role of China: Exploring solutions to the African debt crisis through multilateral cooperation**. Chatham House, 2022. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/2022/12/response-debt-distress-africa-and-role-china>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____.; WALLACE, Jon. **China-Africa relations: What are China's goals in Africa, how valid is the concept of "debt trap" diplomacy, and what are China's military ambitions in the region?**. Chatham House, Londres, jan. 2023. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/2023/01/china-africa-relations>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

WINGRIN, Dean. **China looks to increase defence ties with South Africa**. Defence Web, 2019. Disponível em: <<https://www.defenceweb.co.za/featured/china-looks-to-increase-defence-ties-with#south-africa/>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

_____. **58 years of South Africa-China defence cooperation**. Defence Web, 2020. Disponível em: <<https://www.defenceweb.co.za/featured/48-years-of-south-africa-china#defence-cooperation/>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

ANEXO – LISTA DE ILUSTRAÇÕES



FIGURA 2 – Entorno Estratégico Brasileiro.
Fonte: PEM 2040.

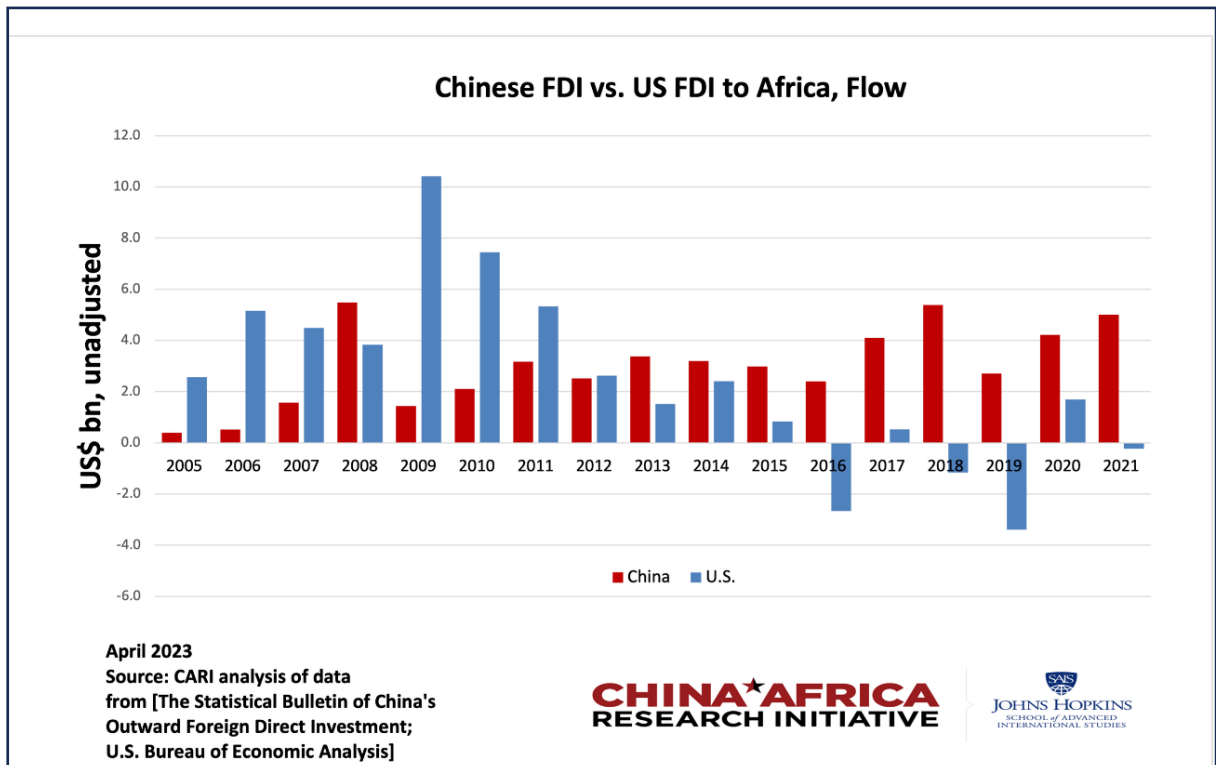


GRÁFICO 1 – Dados do IDE da China na África no período de 2005 a 2021.

Fonte: School of Advanced International Studies. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/chinese-investment-in-africa>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

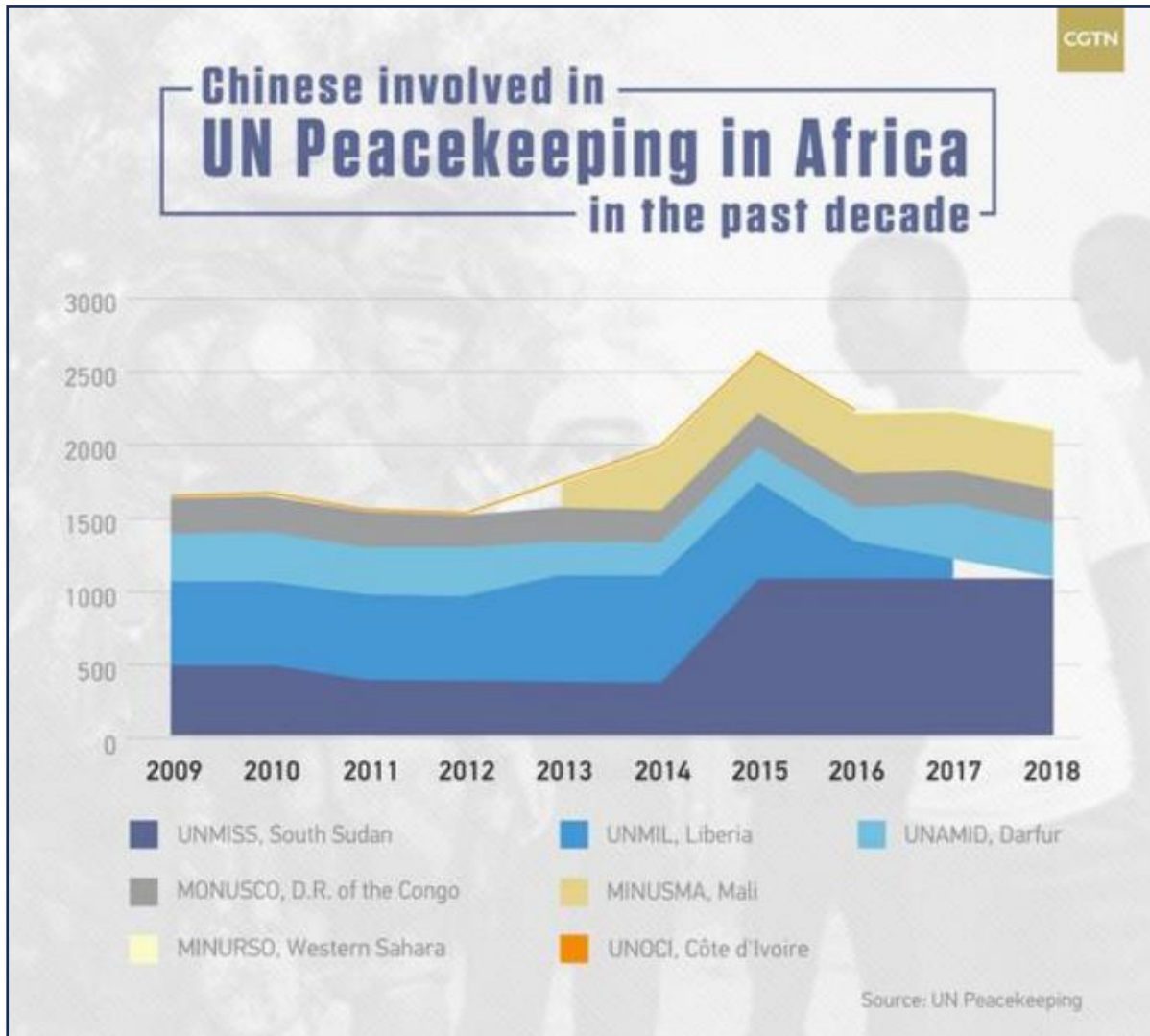


FIGURA 3 - Participação da China em Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas na África no período de 2009 a 2018.

Fonte: China News Service Website. Disponível em: <<http://www.ecns.cn/news/politics/2018-08-31/detail-ifypqun1870358.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

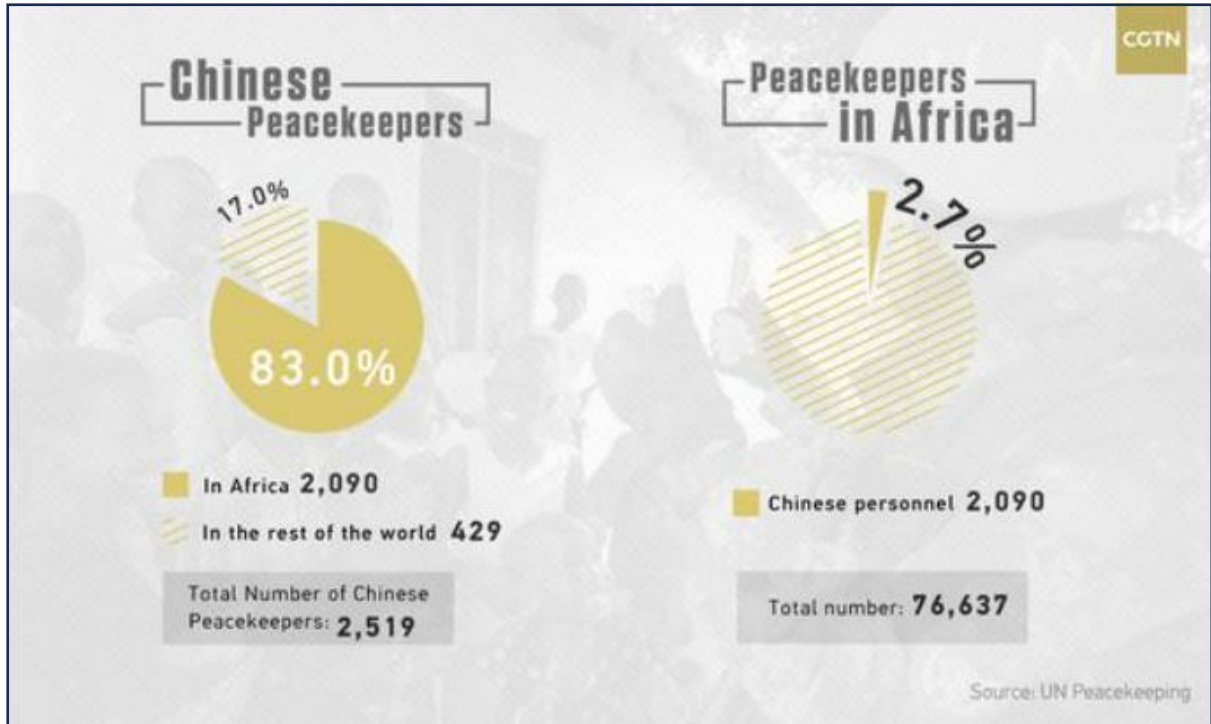


FIGURA 4 - Participação de chineses como de Mantenedores da Paz em Operações das Nações Unidas na África no ano de 2018.

Fonte: China News Service Website. Disponível em: <<http://www.ecns.cn/news/politics/2018-08-31/detail-ifyxpqun1870358.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

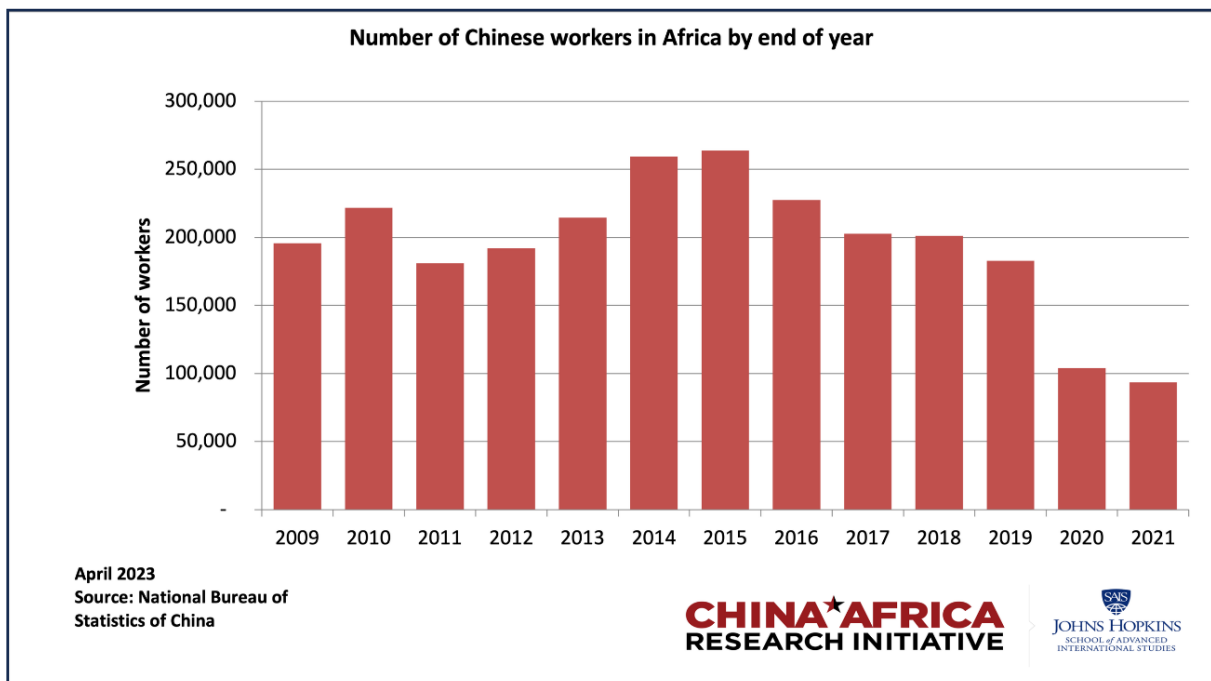


GRÁFICO 2 – Número de trabalhadores chineses na África no período de 2009 a 2021.

Fonte: School of Advanced International Studies. Disponível em: <<https://lucid-cari.squarespace.com/data-chinese-workers-in-africa>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

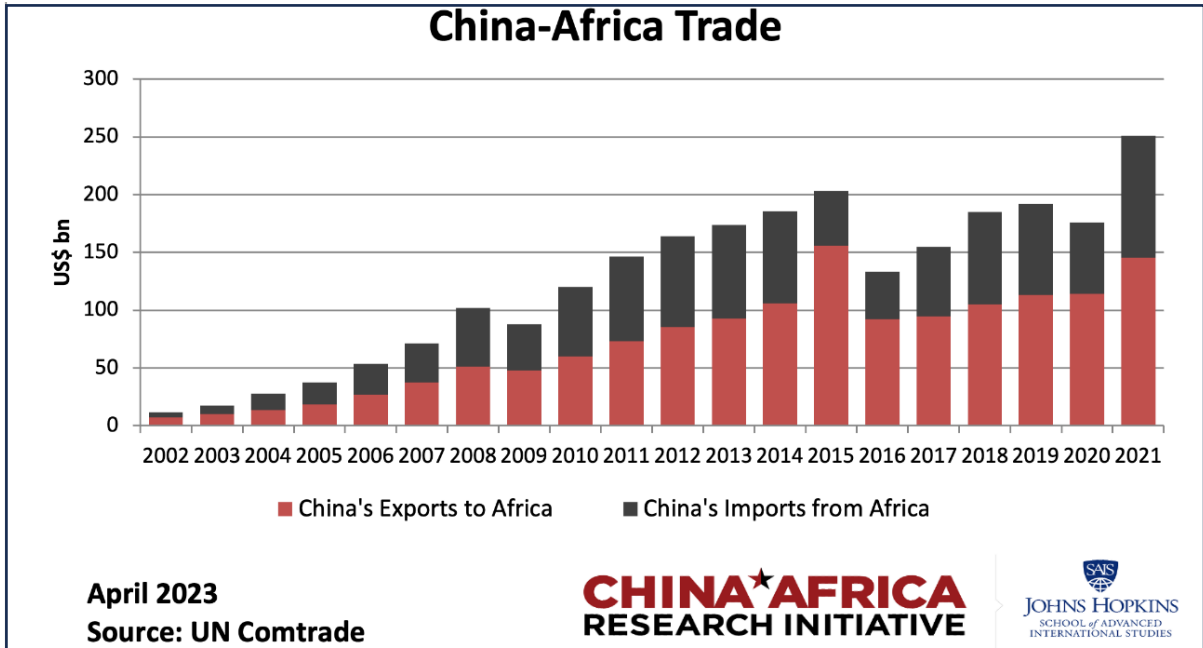


GRÁFICO 3 - Balança Comercial entre China e África no período de 2002 a 2021.

Fonte: School of Advanced International Studies. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

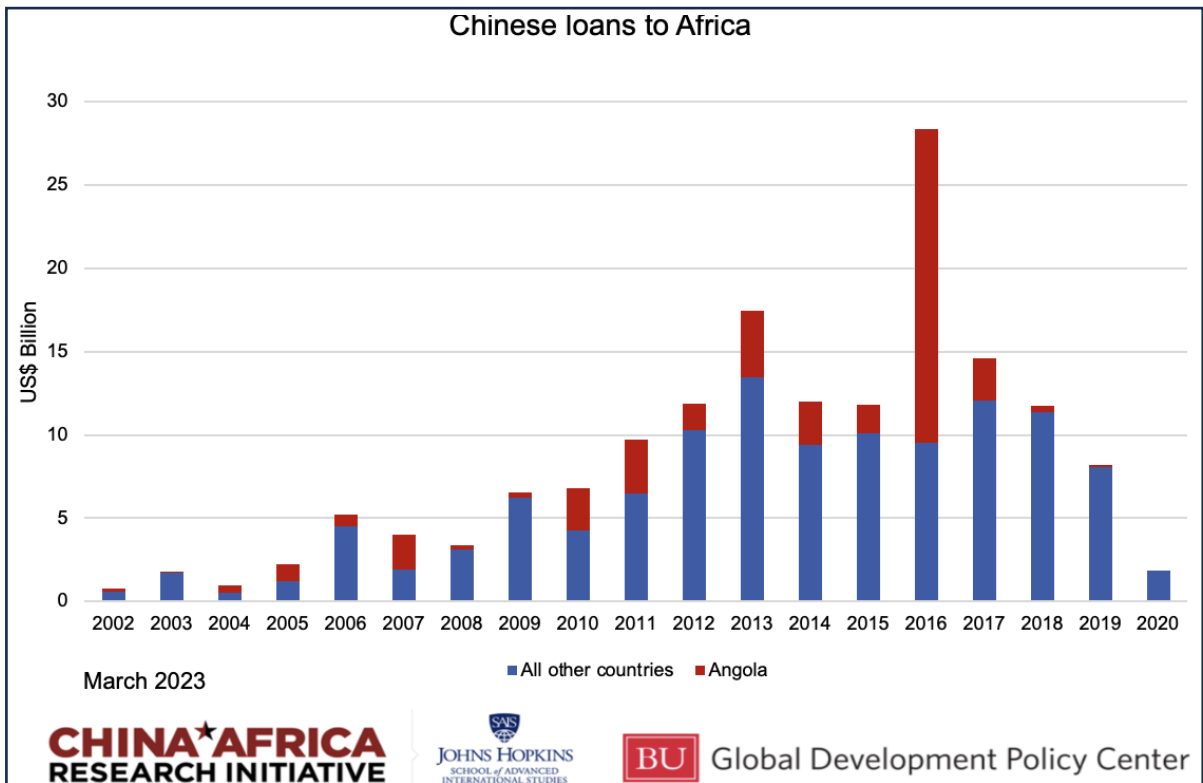


GRÁFICO 4 – Empréstimos chineses à África no período de 2002 a 2020.

Fonte: School of Advanced International Studies. Disponível em: <<https://lucid-cari.squarespace.com/data-chinese-loans-to-africa>>. Acesso em: 13 jul. 2023.



FIGURA 5 – Portos chineses na África.

Fonte: China Institute of Maritime Studies. Disponível em: <<https://www.andrewerickson.com/2022/05/chinas-ports-in-africa-great-chapter-in-great-volume/>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

Principais concorrentes do Brasil⁹ - Participação (2022)

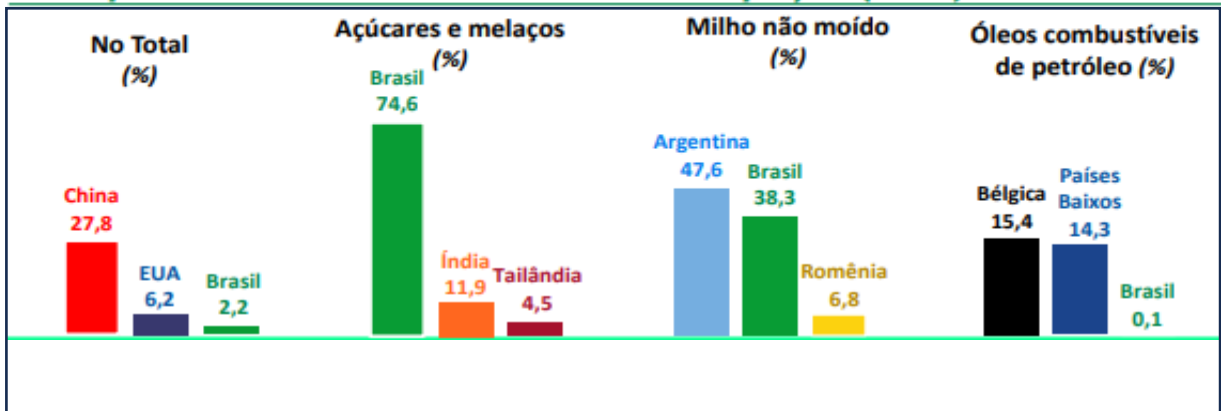


GRÁFICO 5 – Principais concorrentes do Brasil no mercado africano no ano de 2022.

Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteúdo/estudos/perfil-regiao-africa.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

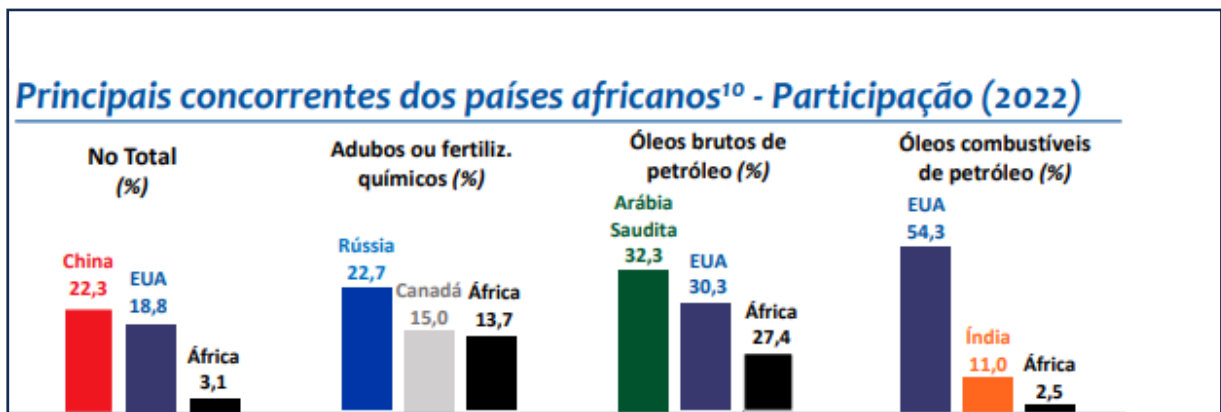


GRÁFICO 6 – Principais concorrentes da África no mercado brasileiro no ano de 2022.

Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteúdo/estudos/perfil-regiao-africa.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

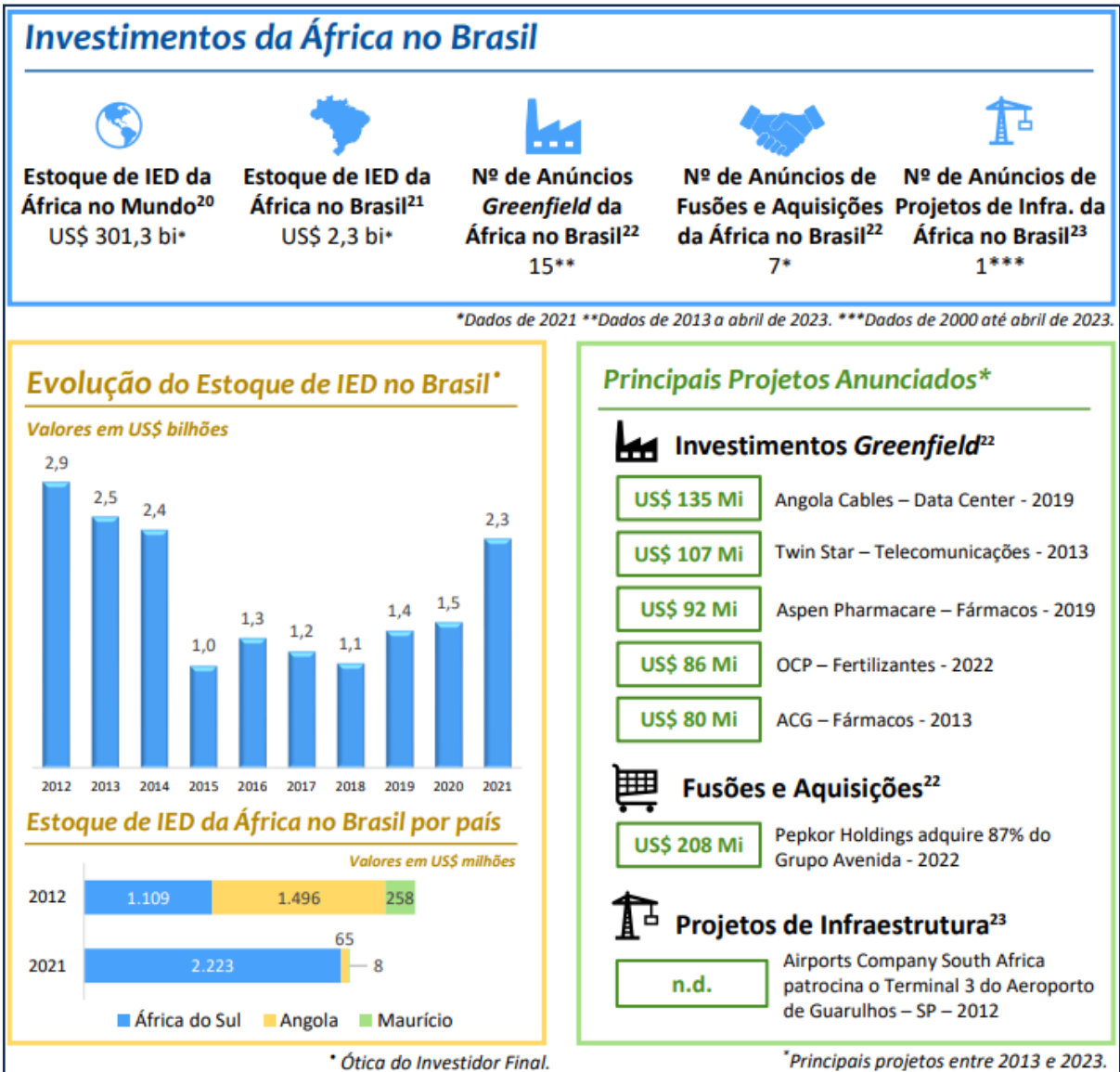


FIGURA 6 – Dados do EID da África no Brasil no período de 2012 a 2021.

Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteúdo/estudos/perfil-regiao-africa.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

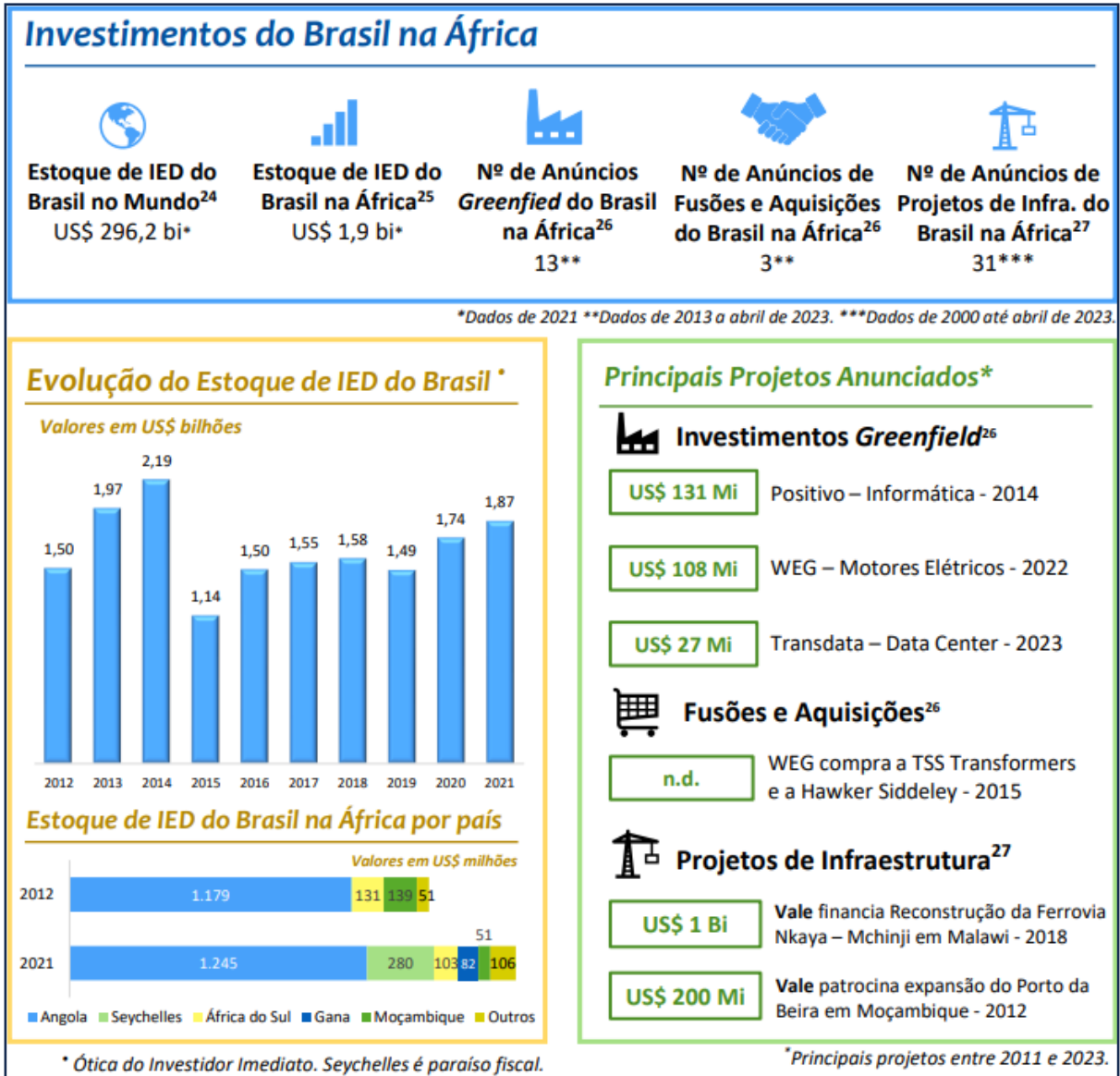


FIGURA 7 – Dados do EID do Brasil na África no período de 2012 a 2021.

Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteúdo/estudos/perfil-regiao-africa.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

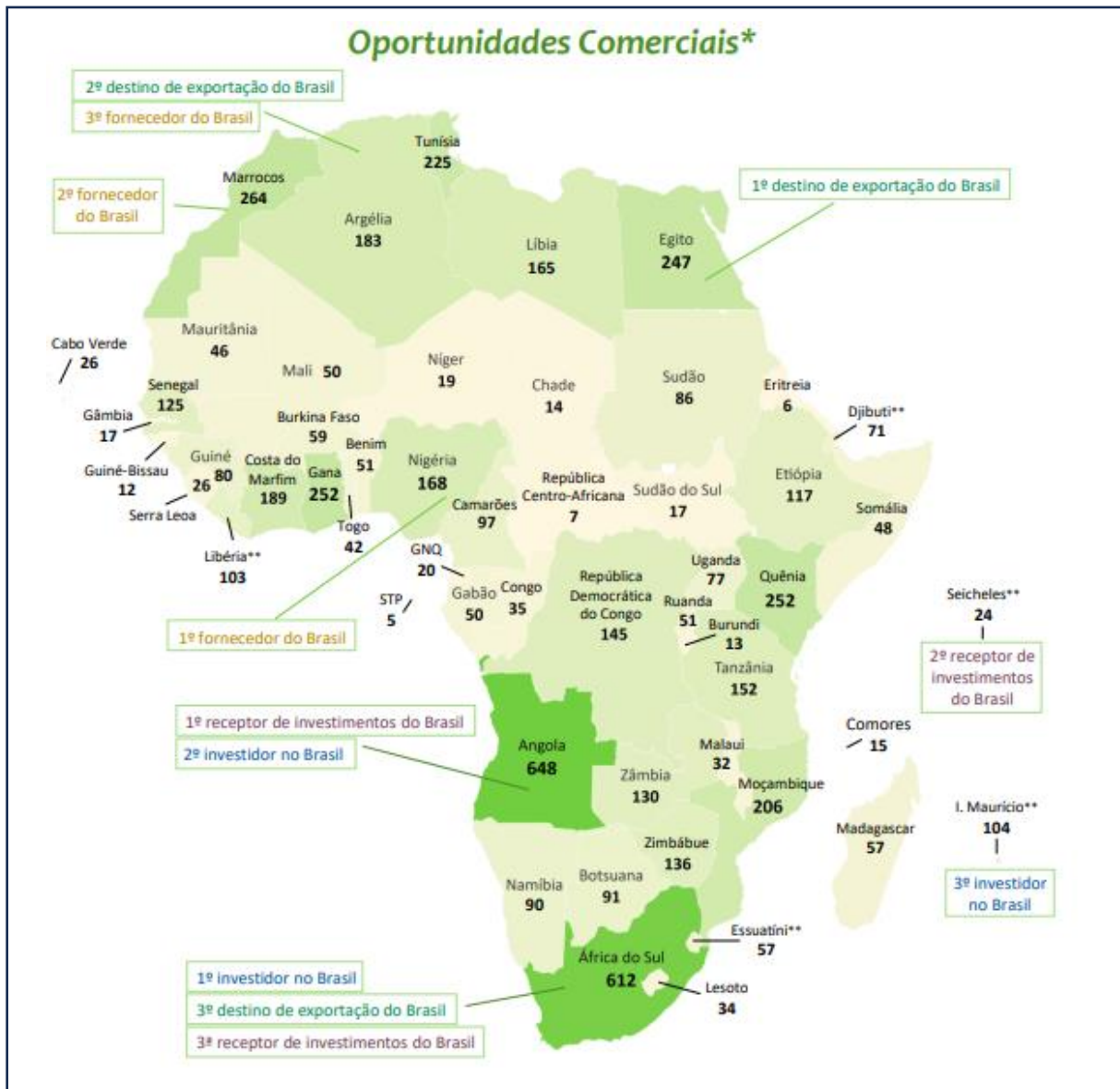


FIGURA 8 – Oportunidades comerciais para o Brasil na África no período de 2012 a 2021.

Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteúdo/estudos/perfil-regiao-africa.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

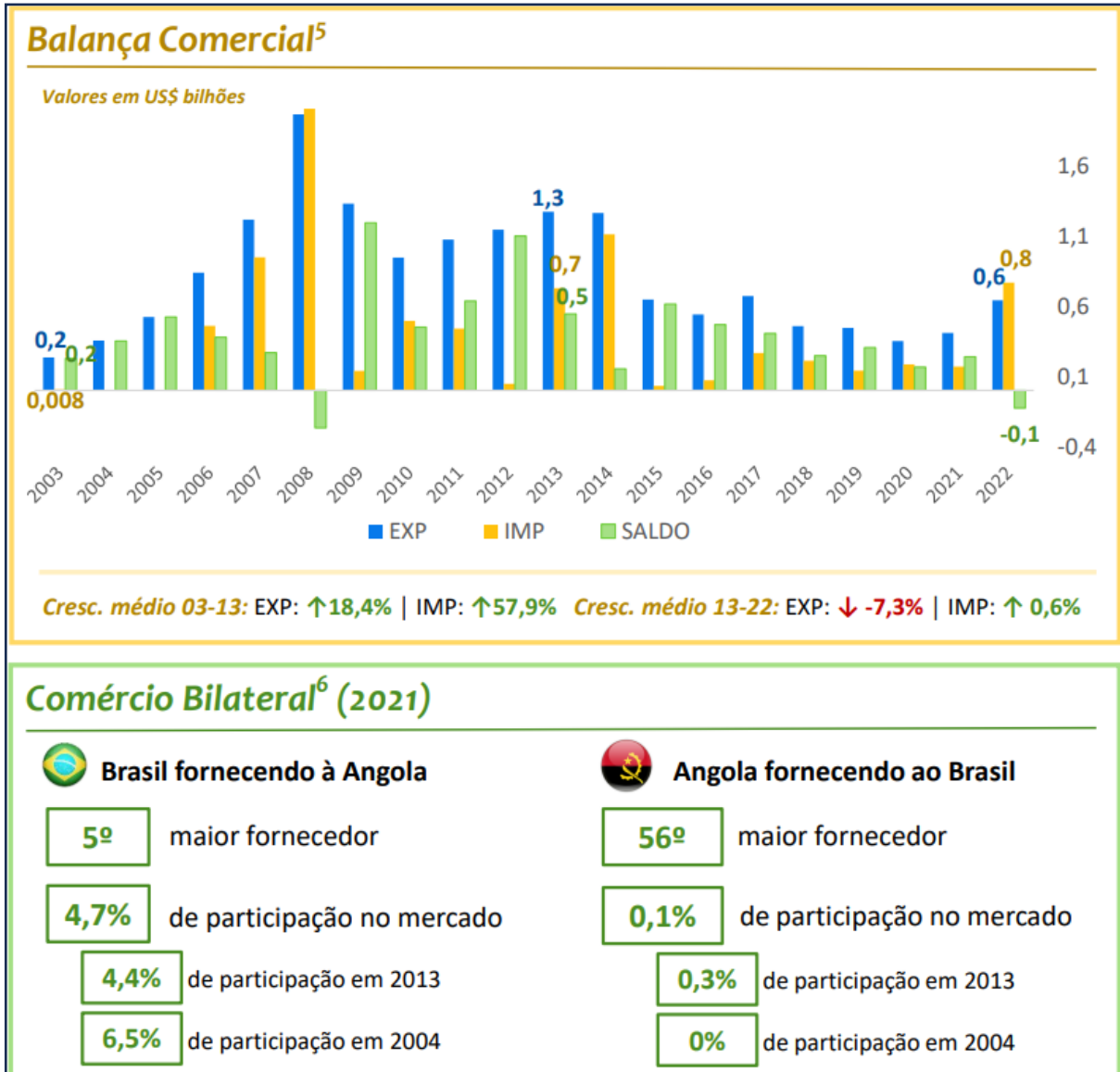


FIGURA 9 – Dados da balança comercial entre o Brasil e Angola no período de 2003 a 2022. Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/estudos/perfil-pais-angola0.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

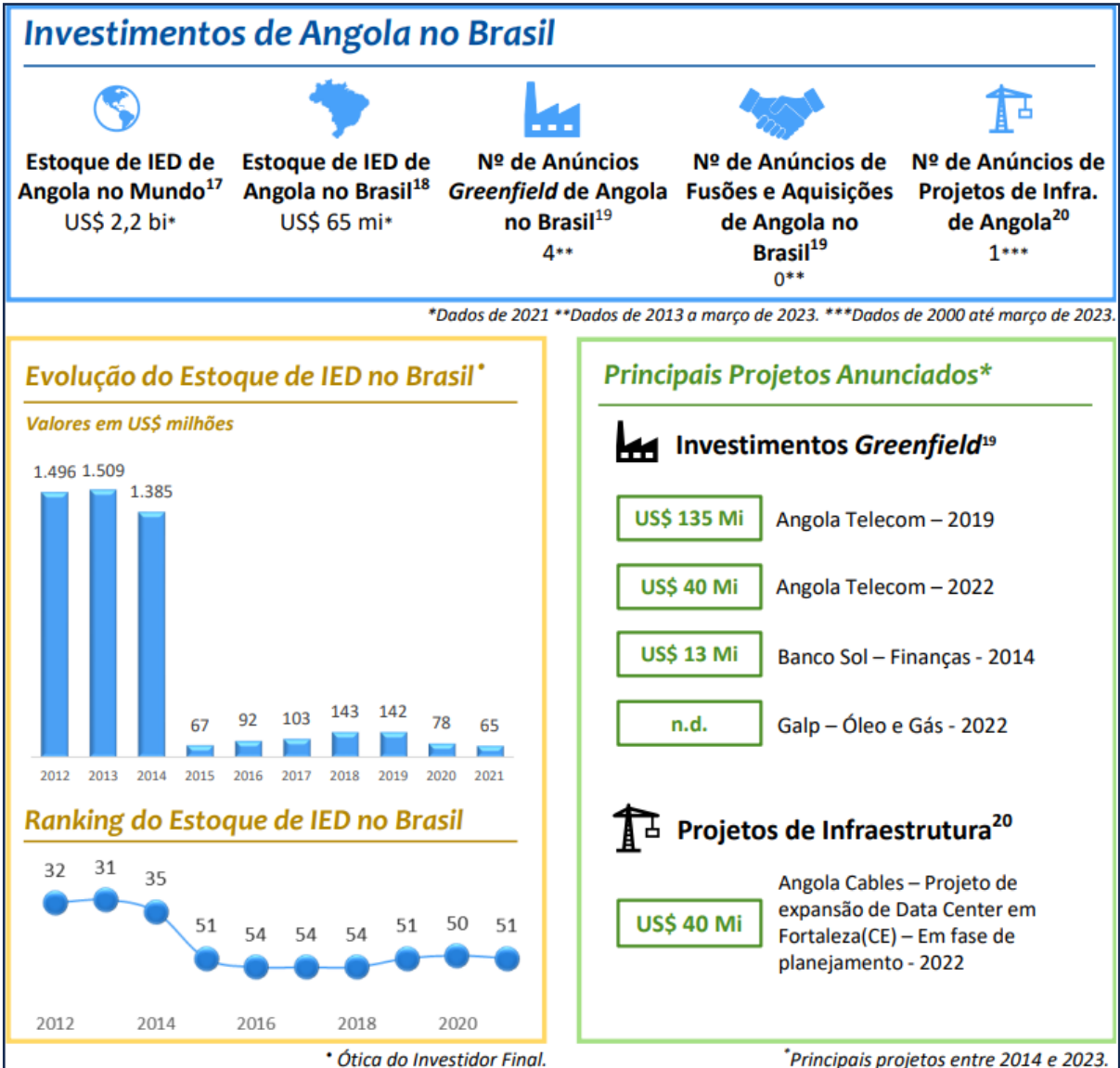


FIGURA 10 – Dados do EID de Angola no Brasil no período de 2012 a 2021.

Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/estudos/perfil-pais-angola0.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

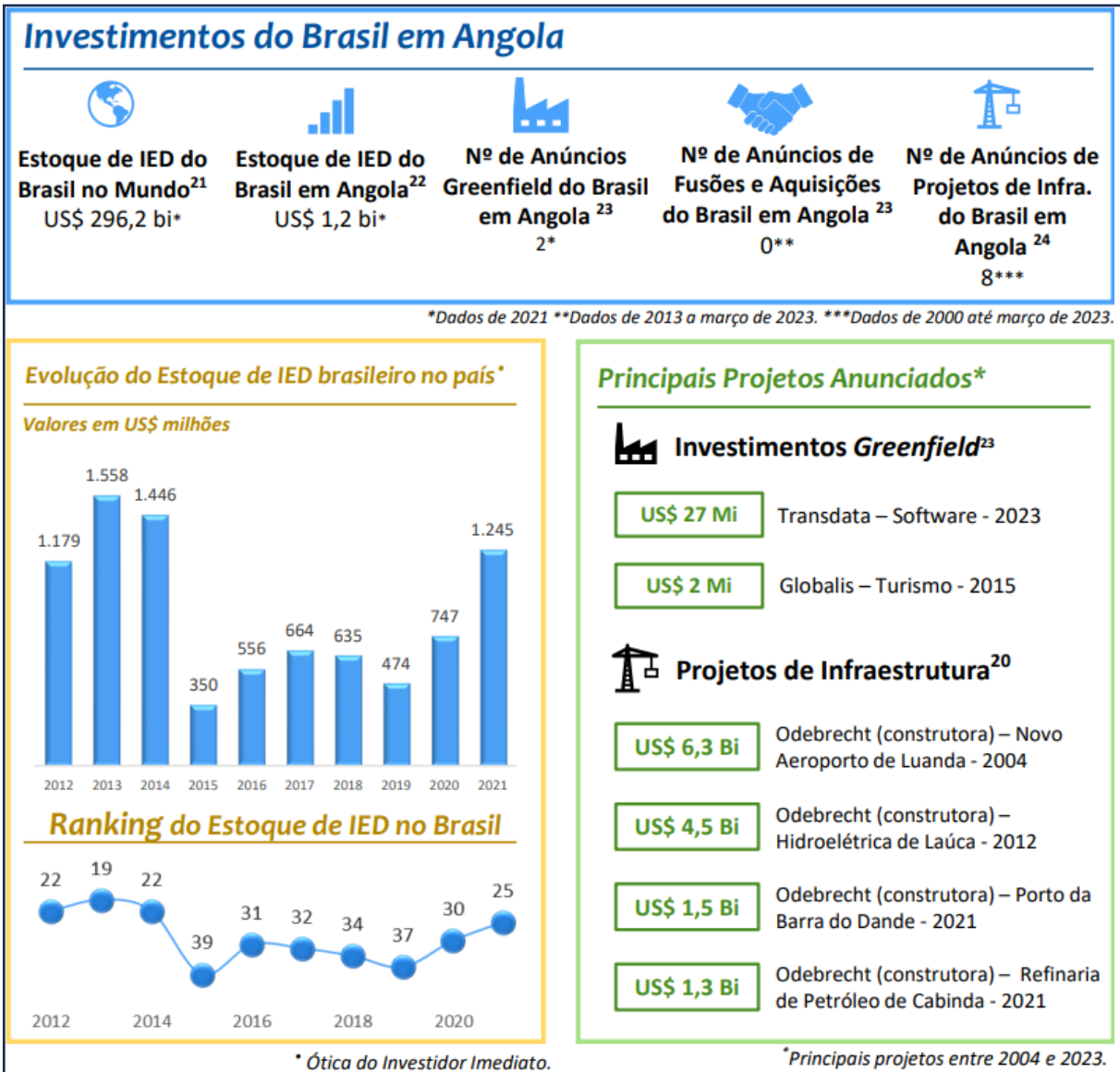


FIGURA 11 – Dados do EID do Brasil na Angola no período de 2012 a 2021.

Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/estudos/perfil-pais-angola0.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

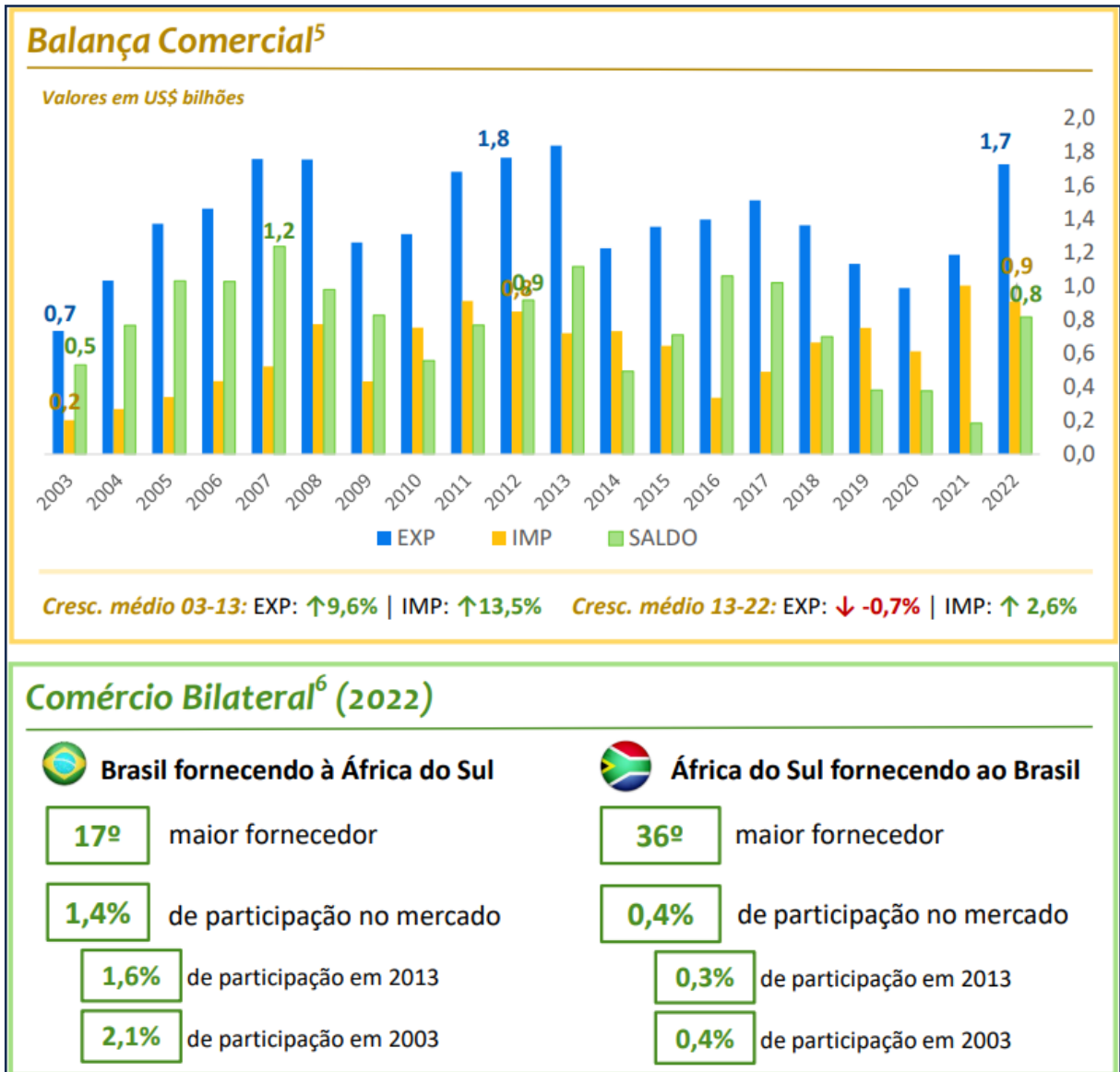


FIGURA 12 – Dados da balança comercial entre o Brasil e África do Sul no período de 2003 a 2022.

Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/estudos/perfil-pais-africa-do-sul0.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

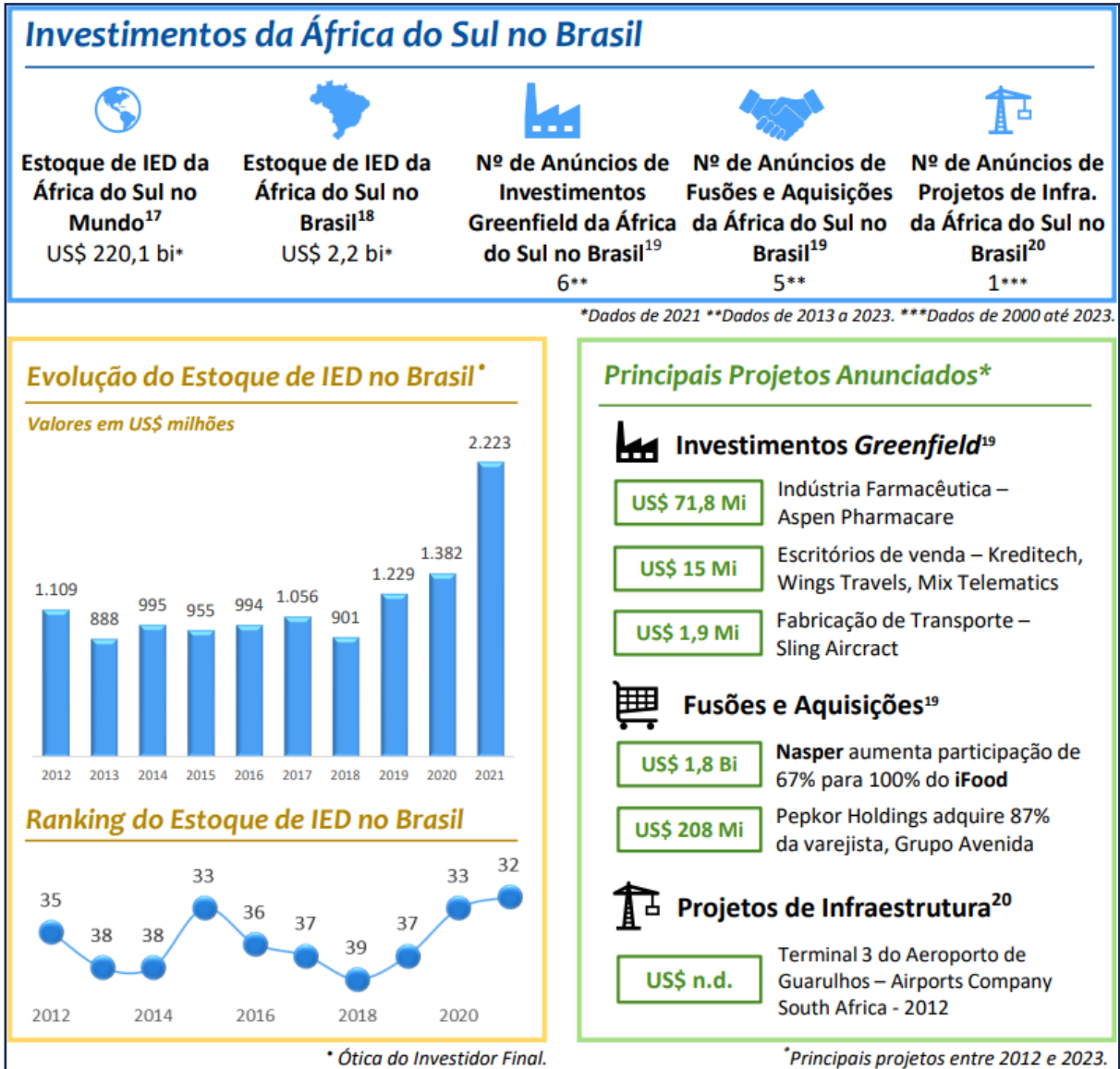


FIGURA 13 – Dados do EID da África do Sul no Brasil no período de 2012 a 2021.
 Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/estudos/perfil-pais-africa-do-sul0.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

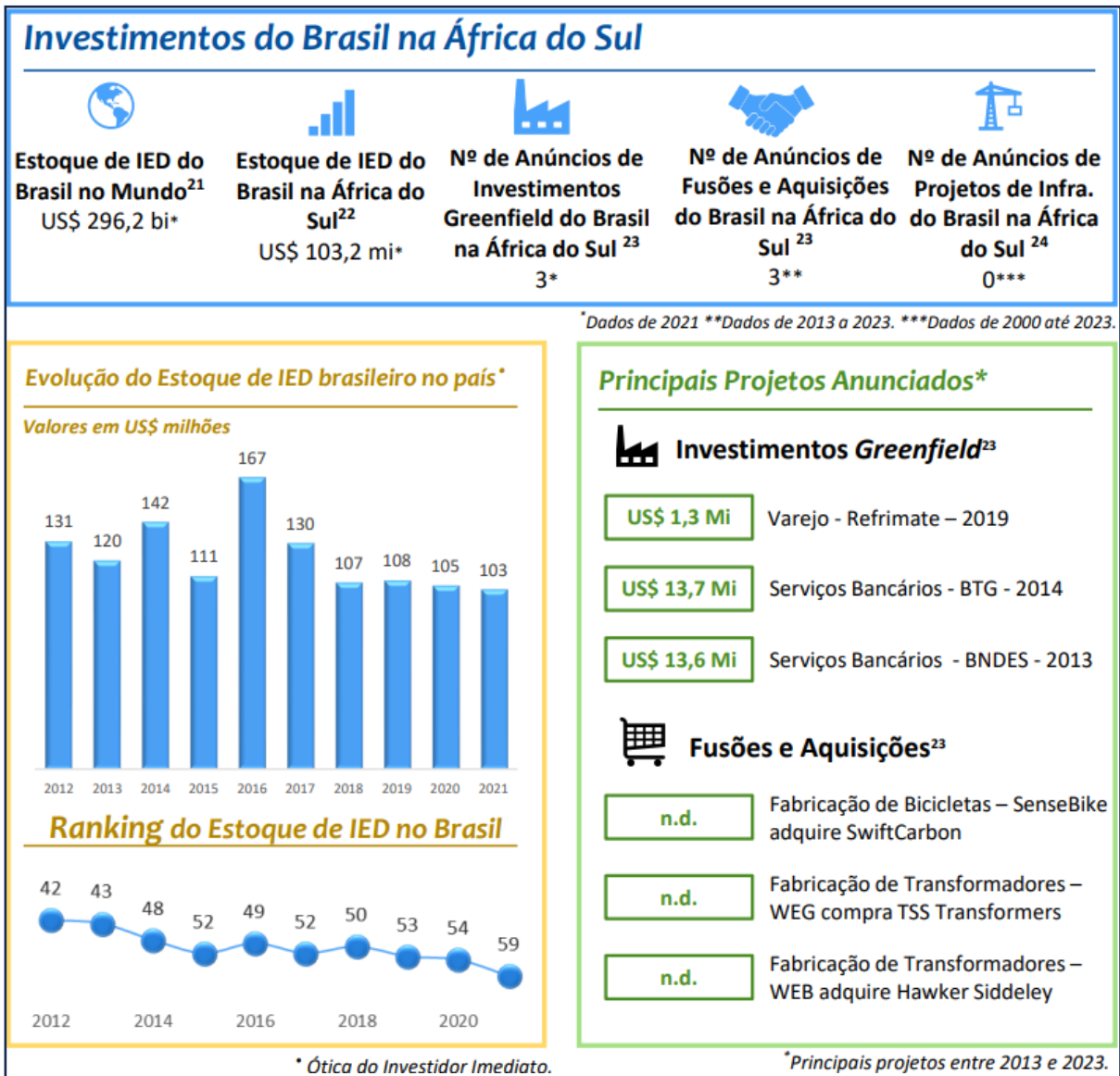


FIGURA 14 – Dados do EID do Brasil na África do Sul no período de 2012 a 2021.

Fonte: APEX-BRASIL. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/estudos/perfil-pais-africa-do-sul0.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

APÊNDICE – DELIMITAÇÃO DO ESCOPO FÍSICO

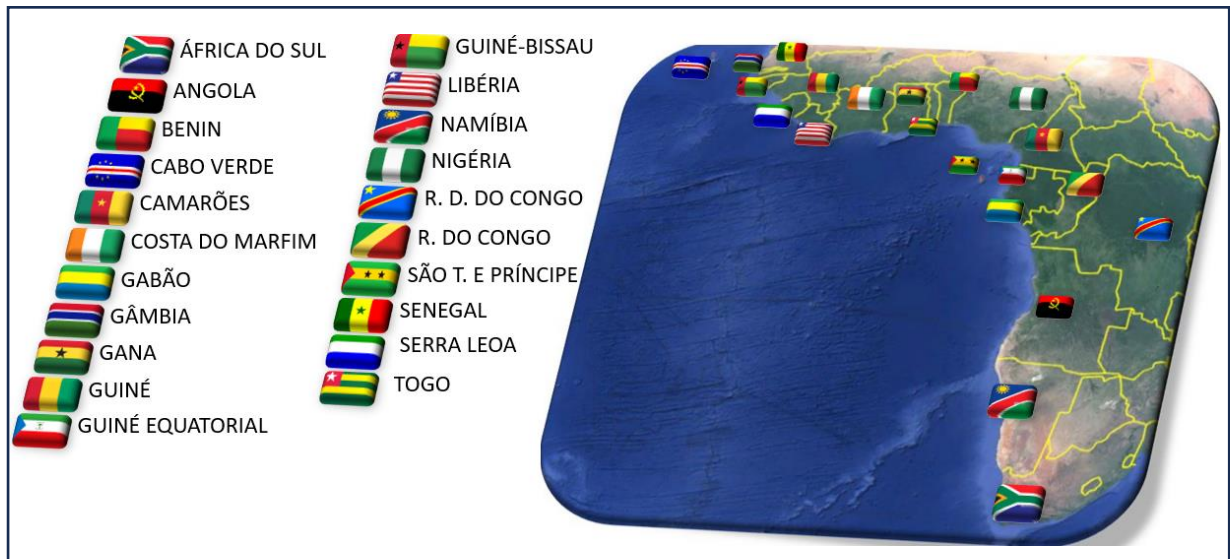


FIGURA 1 – Países da África Ocidental Atlântica contidos no entorno estratégico brasileiro.
Fonte: Autoria própria.